PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004 /2021

Pelo presente instrumento de direito, nesta e na melhor forma, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob nº 46.522.983/0001-27, com sede na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1.283, Sitio do Morro, Santana de Parnaíba/SP, neste ato representada por seu Exmo. Sr. Prefeito Municipal **ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA,** doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL**, e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE COMUNIDADE AMOR RAINHA DA PAZ**, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 04.711.046/0001-70, com sede Estrada Ecoturística do Suru, nº 1833, Bairro Surú, Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06509-001, neste ato representada por seu Diretor – Presidente o Sr. **WALTER BARANA NICOLOSI,** brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.566.793-7, inscrito no CNPJ/MF sob o número 906.533.198-00, residente e domiciliado na Alameda Palmas, 168, Residencial 06, Alphaville, Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06539-120, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem firmar o presente **Termo de Colaboração**, com fundamento na Lei Federal nº 13.019, de 31 de Julho de 2014 e alterações, e no Decreto Federal nº 8.726, de 27 de Abril de 2016, e Plano de Trabalho aprovado, todos parte integrante deste Termo de Colaboração e a Emenda Parlamentar nº 2021.2797.0002, como se transcrito fossem, têm entre si justo e avençado o quanto segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

1.1. Constituiu objeto do presente instrumento o programa de habilitação e reabilitação para pessoas com deficiências e suas famílias residentes na cidade de Santana de Parnaíba, conforme detalhado no Plano de Trabalho, que fica fazendo parte integrante deste instrumento.

1.2. Os partícipes se obrigam a cumprir fielmente o Plano de Trabalho elaborado pela OSC PARCEIRA e aprovado pelo MUNICÍPIO, parte indissociável deste instrumento ora juntado como Anexo I.

1.2.1 Eventuais ajustes na execução do objeto integrarão o plano de trabalho, desde que não haja alteração do objeto e sejam submetidos e aprovados previamente pela autoridade competente da Administração Pública Municipal.

1.3 É vedada a execução de atividades que tenham por objeto, envolvam ou incluam, direta ou indiretamente, a delegação das funções de regulação, de fiscalização, de exercício do poder de polícia ou de outras atividades exclusivas de Estado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO PRAZO DE VIGÊNCIA

2.1. O prazo de vigência deste instrumento será de 12 (doze) meses, contados de sua assinatura, podendo ser prorrogado, limitado ao prazo máximo de 60 (sessenta) meses, incluídas eventuais alterações, nas seguintes hipóteses:

a) por solicitação da OSC PARCEIRA, devidamente formalizada e justificada, a ser apresentada ao MUNICÍPIO em, no mínimo, 30 (trinta) dias antes de seu término, mediante Termo Aditivo;

b) de ofício quando o MUNICÍPIO der causa no atraso da liberação de recursos financeiros, limitada ao exato período do atraso justificado, mediante Certidão de Apostilamento.

2.2. Para a prorrogação do prazo de vigência de que trata a alínea "a" do subitem 2.1. É necessário parecer do Gestor atestando que a parceria foi executada a contento ou, em caso contrário, justificando o motivo do atraso na execução das metas. A prorrogação depende ainda de aprovação do Sr. Secretário da pasta responsável pela parceria, parecer da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e autorização do Exmo. Sr. Prefeito.

2.3. A prorrogação de vigência de ofício, de que trata a alínea "b" do subitem 2.1. objetiva o ajuste do prazo de execução das ações, a fim de não causar prejuízo na conclusão do objeto, não resultando, neste caso, novo aporte de recursos financeiros.

CLÁUSULA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES

3.1. Em não havendo modificação do objeto da parceria, o Termo de Colaboração e respectivo Plano de Trabalho poderão ser alterados, por solicitação fundamentada e justificada pela OSC PARCEIRA ou pelo MUNICÍPIO.

3.1.1. Referidas alterações deverão ser precedidas de manifestação por escrito, fundamentada e devidamente justificada, do:

a) Gestor da parceria, autorizando total ou parcialmente o pedido de alteração solicitado pela OSC PARCEIRA, com respectiva aprovação pelo Secretário da pasta responsável pela parceria, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da solicitação; ou da

b) OSC PARCEIRA, anuindo ao pedido de alteração proposto pelo Gestor da parceria, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado do recebimento da solicitação.

3.2. As alterações do Termo de Colaboração e/ou do Plano de Trabalho aprovado deverão ser formalizadas mediante:

a) Termo Aditivo, nos casos em que a alteração vier a:

a.1.) ampliar em até 30%(trinta) do valor global e a redução sem limitação de montante, nos termos do art. 43, I, "a" e "b" do Decreto Federal nº 8.726/2016;

a.2.) prorrogar a vigência do prazo da parceria;

a.3.) alterar a destinação dos bens remanescentes.

b) Certidão de Apostilamento, nas demais hipóteses de alteração, tais como:

b.1.) utilização de rendimentos de aplicações financeiras ou de saldos porventura existentes antes do término da execução da parceria;

b.2.) ajustes da execução do objeto da parceria no Plano de Trabalho;

b.3.) remanejamento de recursos sem a alteração do valor global.

3.2.1. Os Termos Aditivos serão precedidos de parecer da Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos e autorização do Exmo. Sr. Prefeito.

3.2.1.1. Quando as alterações implicarem em ampliação ou redução do valor global da parceria (alínea a.1. do subitem 3.2.), o parecer jurídico deverá ser precedido de análise e manifestação do Órgão de Controle Interno.

3.2.2. A indicação dos créditos orçamentários para cobertura de cada parcela de despesa a ser transferida em exercício futuro será realizada por certidão de apostilamento.

3.2.3. Extratos de Termos Aditivos e os ofícios de prorrogação de vigência de que trata a alínea "b" do subitem 2.1 deverão ser publicados na IOMSP.

3.2.3.1. Cópia da publicação das referidas alterações deverá ser anexada ao processo administrativo de acompanhamento da execução da parceria e remetido ao representante legal da OSC PARCEIRA.

3.3. Independentemente de anuência da OSC PARCERIA, serão apostiladas as:

a) prorrogação da vigência do prazo efetuadas de ofício, antes de seu término, quando o MUNICÍPIO tiver dado causa ao atraso na liberação de recursos financeiros, ficando a prorrogação limitada ao exato período do atraso verificado;

b) indicações dos créditos orçamentários de exercícios futuros;

c) alterações efetuadas por interesse público, devidamente justificado.

CLÁUSULA QUARTA - DOS RESPONSÁVEIS PELA PARCERIA

4.1. da PREFEITURA: GESTOR DA PARCERIA

4.1.1. O(A) servidor(a) público(a) nomeado(a) como Gestor(a) deste Termo de Colaboração, **Sr.(a) Eliane Rodrigues Gomes Zucartto, assistente social,**

portadora da Cédula de Identidade RG nº 32.107.995-4, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 292.318.578-19 representará a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social na interlocução com a OSC PARCEIRA, tendo como obrigações:

a) acompanhar e fiscalizar a execução do objeto deste Termo de Colaboração e respectivo Plano de Trabalho aprovado;

b) informar ao Secretário da pasta: i) quando houver inexecução da parceria, ii) quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida; iii) quando constatado desvio de finalidade na aplicação dos recursos, atrasos não justificados no cumprimento das ações e metas pactuadas no Plano de Trabalho, práticas atentatórias aos princípios fundamentais da Administração Pública nas contratações e demais atos praticados na execução da parceria ou o inadimplemento da OSC PARCEIRA com relação a obrigações estabelecidas no presente Termo de Colaboração e iv) quando a OSC PARCEIRA deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela Administração Pública Municipal ou pelo Órgão de Controle Interno ou Externo, os quais são impeditivos do ateste para a liberação das parcelas dos recursos;

c) comunicar à OSC PARCEIRA quaisquer irregularidades decorrentes do uso dos recursos públicos ou outras impropriedades de ordem técnica ou legal;

c.1.) notificar a OSC PARCEIRA, no caso de verificada irregularidades impeditivas de ateste, para sanar ou cumprir obrigação no prazo máximo de até 30 (trinta) dias, prorrogável, no máximo, por igual período, a contar do recebimento da notificação;

d) sugerir ao Secretário da pasta a retenção das parcelas dos recursos financeiros, decorrido o prazo previsto na alínea c.1. do subitem 4.1.1 na hipótese de não atendimento à notificação;

e) formalizar ao Secretário da pasta a existência de fatos que comprometam ou possam comprometer as atividades ou metas da parceria, bem como as providências adotadas ou que serão adotadas para sanar os problemas detectados;

f) emitir o relatório técnico de monitoramento e avaliação da parceria e o submeter à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela OSC PARCEIRA;

g) emitir parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, levando em consideração o conteúdo dos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, submetendo-o à manifestação conclusiva do Secretário da pasta sobre a aprovação ou não das contas;

h) disponibilizar materiais e equipamentos tecnológicos necessários às atividades de monitoramento e avaliação, quando couber;

i) verificar o cumprimento do art. 11 da Lei Federal nº 13.019/2014 pela OSC PARCEIRA.

4.1.2. O Gestor poderá, quando necessário:

a) solicitar reunião com a Comissão de Monitoramento e Avaliação, apresentando informações sobre as ações realizadas pela OSC PARCEIRA, sugestões de melhorias, além de questões financeiras relacionadas ao período avaliado, se for o caso;

b) elaborar consulta sobre dúvida específica à Secretaria Municipal de Negócios Jurídicos, Secretaria Municipal de Finanças, Órgão de Controle Interno ou outras Secretarias e Órgãos que se fizerem necessários com fins de assessoramento jurídico e técnico que subsidie seus trabalhos.

4.1.3. O(A) servidor(a) público(a) nomeado como SUPLENTE do Gestor, Sr.(a) Eliane Valione Amaro, psicóloga, portadora da Cédula de Identidade RG nº 22.428.965-2, inscrita no CNPJ/MG sob o nº 274.990.518-46, substituirá o Gestor quando este deixar de ser servidor público, quando estiver em licença, impedido e outras situações que o impeçam de exercer suas funções.

4.1.4. Aplicam-se ao Gestor e a seu Suplente os impedimentos constantes no artigo 14 do Decreto Federal nº 8.726/2016.

4.2. da OSC PARCEIRA:

4.2.1. O Sr. WALTER BARANA NICOLOSI, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.566.793-7, inscrito no CNPJ/MF sob o número 906.533.198-00, residente e domiciliado na Alameda Palmas, 168, Residencial 06, Alphaville, Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06539-120 – Telefone fixo: (11) 4154- 5060, Telefone Celular: (11) 99932-3963, é o responsável na interlocução com a PREFEITURA.

CLÁUSULA QUINTA – DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

5.1. da PREFEITURA:

a) publicar o extrato deste Termo de Colaboração na IOMSP no prazo máximo de 20 (vinte) dias a contar de sua assinatura;

b) manter no sítio oficial por meio do Portal de Transparência, o nome da OSC PARCEIRA na relação das parcerias celebradas com OSC's, por prazo não inferior a 12 (doze) meses, contado da data de apresentação da prestação de contas final, devendo incluir no mínimo os dados elencados no inciso II do artigo 81-A da Lei Federal nº 13.019/2014;

c) instruir o processo administrativo específico que trata da celebração deste Termo de Colaboração, com atos atinentes à alteração, liberação de recursos, monitoramento e avaliação da execução, bem como, prestação de contas;

d) custodiar o processo administrativo que originou o chamamento público;

e) fornecer manuais específicos, informando à OSC PARCEIRA eventuais alterações no seu conteúdo;

f) informar à OSC PARCEIRA os atos normativos e orientações que interessam à execução e à prestação de contas do presente Termo de Colaboração;

g) prestar o apoio necessário e indispensável à OSC PARCEIRA, para que seja alcançado o objeto deste Termo de Colaboração em toda a sua extensão e no tempo devido;

h) transferir à OSC PARCEIRA os recursos financeiros previstos para a execução deste Termo de Colaboração, de acordo com a programação orçamentária e financeira da Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba e obedecendo ao cronograma de desembolso constante do Plano de Trabalho aprovado, que guardará consonância com as metas e ações de execução do objeto deste Termo de Colaboração;

i) realizar o acompanhamento da execução orçamentária e financeira dos recursos transferidos;

j) viabilizar o acompanhamento pela internet dos processos de liberação de recursos referente a esta parceria;

k) monitorar e avaliar o cumprimento do objeto e dos objetivos deste Termo de Colaboração, por meio de análises das informações e documentos constantes no processo administrativo, bem como, realizações de diligências e fiscalização, visitas in loco, pesquisa de satisfação com os beneficiários do plano de trabalho, zelando pelo cumprimento do objeto, alcance das metas e dos resultados previstos e correta aplicação dos recursos repassados;

l) designar novo Gestor e Suplente, na hipótese dos mesmos deixarem de ser agente público ou serem lotados em outro órgão ou entidade ou outro motivo como licenças, e designar novo Suplente, quando este passar a ser Gestor da parceria;

m) propor, receber, analisar e, se o caso, aprovar as propostas de alteração deste Termo de Colaboração e do Plano de Trabalho;

n) prorrogar de ofício o prazo de vigência deste Termo de Colaboração, antes de seu término, se der causa a atraso na liberação dos recursos, limitando a prorrogação ao exato período do atraso verificado;

o) analisar os relatórios de execução do objeto;

p) analisar os relatórios de execução financeira;

q) analisar e decidir sobre a prestação de contas relativa a este Termo de Colaboração, nos termos do artigo 63 a 67 da Lei Federal nº 13.019/2014;

r) aplicar as sanções previstas na legislação pertinente, proceder às ações administrativas quanto à exigência e restituição dos recursos transferidos e instaurar tomada de contas especiais, quando for o caso;

s) divulgar informações referentes à parceria celebrada em dados abertos e acessíveis no seu sítio eletrônico;

t) exercer atividade normativa de controle e fiscalização sobre a execução da parceria, inclusive, se for o caso, reorientando as ações, de modo a evitar descontinuidade das ações pactuadas;

u) divulgar nos meios públicos de comunicação por radiodifusão de sons e de sons e imagens, as ações desenvolvidas pela OSC PARCEIRA, mediante linguagem e recursos adequados à garantir a acessibilidade por pessoas com deficiência, observadas as orientações da Secretaria Municipal de Comunicação Social;

v) possibilitar canal para informações sobre possíveis irregularidades na aplicação dos recursos transferidos, utilizando-se dentre outros meios, do Portal da Transparência da Prefeitura do Município de Santana de Parnaíba, na opção "Convênios, Contratos e Parcerias".

5.2. da OSC PARCEIRA:

a) executar fielmente o objeto da parceria, de acordo com o Plano de Trabalho aprovado, com as cláusulas pactuadas e legislação pertinente, adotando todas as medidas necessárias à correta execução deste Termo de Colaboração;

a.1.) zelar pela boa qualidade e eficiência das ações, atividades e serviços prestados, buscando alcançar eficiência, eficácia, efetividade e qualidade em suas atividades;

a.2.) executar o Plano de Trabalho aprovado, bem como aplicar os recursos públicos e gerir os bens públicos com observância aos princípios da legalidade, da legitimidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da economicidade, da eficiência e da eficácia;

a.3.) garantir a manutenção da equipe técnica em quantidade e qualidade adequadas ao bom desempenho das atividades;

a.4.) manter durante a execução da parceria a regularidade das certidões previstas no artigo 34 da Lei Federal nº 13.0109/2014, bem como as previstas na legislação específica e no edital de chamamento público;

b) garantir o cumprimento da contrapartida de bens e/ou serviços conforme estabelecida no Plano de Trabalho aprovado; [excluir se não houver contrapartida, renumerando os demais itens]

c) manter e movimentar os recursos financeiros de que trata este Termo de Colaboração em conta bancária específica, em instituição financeira pública, inclusive os eventuais resultados de aplicação no mercado financeiro, aplicando-os,

na conformidade do Plano de Trabalho, e exclusivamente, no cumprimento do seu objeto, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

c.1.) não utilizar os recursos recebidos nas finalidades vedadas pelo artigo 45 da Lei Federal nº 13.019/2014;

d) apresentar o relatório de execução do objeto e o relatório de execução financeira e prestar contas ao MUNICÍPIO, nos termos dos artigos 63 a 72 da Lei Federal nº 13.019/2014;

e) responsabilizar-se pela contratação e pagamento dos salários, verbas de convenção ou dissídio coletivo, verbas rescisórias, do pessoal que vier a ser necessário à execução do objeto da parceria, inclusive pelos encargos sociais e obrigações trabalhistas decorrentes, ônus tributários ou extraordinários e aqueles decorrentes de acidentes de trabalho de seus empregados, no desempenho de seus serviços ou em conexão com eles, que incidam sobre o instrumento;

e.1.) provisionar em escritura contábil específica, os valores referentes às verbas rescisórias, observado o disposto no Capítulo IV da Lei Federal nº 13.019/2014;

f) permitir o livre acesso do Gestor da parceria, da Comissão de Monitoramento e Avaliação, de agentes públicos da secretaria responsável pelo presente Termo de Colaboração, dos servidores do Órgão de Controle Interno e do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, a todos os documentos relativos à execução do objeto deste Termo de Colaboração, bem como aos locais de execução da atividade, permitindo o acompanhamento in loco e prestando todas e quaisquer informações solicitadas;

g) utilizar os bens materiais e/ou equipamentos adquiridos com os recursos deste Termo de Colaboração em conformidade com o objeto pactuado;

h) por ocasião da conclusão, denúncia, rescisão ou extinção deste Termo de Colaboração, restituir ao MUNICÍPIO os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias;

i) efetuar o seu registro contábil e patrimonial em conformidade com as Normas Brasileiras de Contabilidade, inclusive na hipótese de aquisição de bens com recursos da parceria;

i.1.) manter registros, arquivos, controles contábeis específicos para os dispêndios relativos a este Termo de Colaboração e documentos originais que compõe a prestação de contas, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final;

j) observar nas compras e contratações realizadas, os procedimentos estabelecidos nos artigos 45 e 46 da Lei Federal nº 13.019/2014;

k) comunicar ao MUNICÍPIO suas alterações estatutárias, devidamente registrada em cartório;

l) divulgar na internet e em locais visíveis da sede social da OSC PARCEIRA e dos estabelecimentos em que exerça suas ações, todas as informações detalhadas no artigo 11 da Lei Federal nº 13.019/2014;

m) submeter previamente ao MUNICÍPIO qualquer proposta de alteração do Plano de Trabalho aprovado, na forma definida neste instrumento, observadas as vedações relativas à execução das despesas;

n) responsabilizar-se exclusivamente pelo gerenciamento administrativo e financeiro dos recursos recebidos, inclusive no que se refere às despesas de custeio, de investimento e de pessoal;

o) responsabilizar-se exclusivamente pelo pagamento dos encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais, tributários, civis e comerciais relacionados à execução do objeto previsto neste Termo de Colaboração, não se caracterizando responsabilidade solidária ou subsidiária do MUNICÍPIO, a inadimplência da OSC PARCEIRA em relação ao referido pagamento, os ônus incidentes sobre o objeto da parceria ou os danos decorrentes de restrição à sua execução;

p) responsabilizar-se pela integridade dos materiais e/ou equipamentos disponibilizados pelo MUNICÍPIO que estiverem sobre os seus cuidados;

q) quando for o caso, providenciar licenças e aprovações de projetos emitidos pelos órgãos competente, nos termos da legislação aplicável;

r) comunicar ao MUNICÍPIO, por escrito, a ocorrência de fatos ou anormalidades que venham a prejudicar a perfeita execução da atividade;

s) manter os recursos aplicados no mercado financeiro, enquanto não utilizados, na forma do disposto no artigo 42, inciso XIV da Lei Federal nº 13.019/2014;

t) não realizar pagamento antecipado com recursos da parceria;

u) divulgar na internet e em locais visíveis de suas sedes sociais e dos estabelecimentos em que exerçam suas ações, informações referentes à esta parceria, na conformidade do disposto artigo 11 da Lei Federal nº 13.019/2014.

CLÁUSULA SEXTA – DA FORMA DE MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO

6.1. Objetivando apoiar a regular gestão desta parceria, as ações de monitoramento e avaliação da execução do objeto pactuado, de caráter preventivo e saneador, são de competência do Gestor da parceria, e serão executadas, conforme periodicidade e demais procedimentos para realização da visita técnica in loco, estabelecidos nos atos normativos setoriais.

6.1.1. O resultado da visita in loco será circunstanciado em relatório de visita técnica in loco e enviado à OSC PARCEIRA para conhecimento, esclarecimentos e providências, caso sejam necessárias.

6.1.1.1. A visita técnica in loco não se confunde com as ações de fiscalização e auditoria que poderão ser realizadas a qualquer tempo, pelas Secretarias gestoras das parcerias, pelo Órgão de Controle Interno e pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

6.1.2. Serão realizadas pesquisas de satisfação dos beneficiários da atividade, com base em critérios objetivos de apuração de satisfação, que visem possibilitar melhorias nas ações desenvolvidas pela OSC PARCEIRA e aprimorar os serviços prestados, de forma a contribuir com o cumprimento dos objetivos pactuados, bem como, com a eventual necessidade de reorientação e ajuste das metas e ações definidas.

6.1.2.1. A pesquisa de satisfação poderá ser realizada diretamente pelo MUNICÍPIO, com metodologia presencial ou à distância, com apoio de terceiros, por delegação de competência ou por meio de parcerias com órgãos ou entidades aptas a auxiliar na realização da pesquisa.

6.1.2.2. Os instrumentos a serem utilizados nas pesquisas deverão levar em consideração as características do público alvo, beneficiários diretos e indiretos, podendo ser utilizados questionários físicos e/ou eletrônicos, entrevistas, rodas de conversa, dentre outros.

6.1.2.3. A OSC PARCEIRA participará na elaboração ou opinará sobre o conteúdo do questionário que será aplicado.

6.1.2.4. A sistematização dos resultados da pesquisa de satisfação deverá ser circunstanciada em documento a ser enviado à OSC PARCEIRA para conhecimento, esclarecimentos e providências, caso sejam necessárias.

6.2. Serão emitidos relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, pelo Gestor da parceria, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do encerramento de cada quadrimestre do ano civil, os quais deverão conter no mínimo os requisitos previstos nos artigos 58 a 60 da Lei Federal nº 13.019/2014.

6.2.1. O relatório técnico a que se refere o art. 59 da Lei Federal nº 13.019/2014, sem prejuízo de outros elementos deverá conter: I – descrição sumária das atividades e metas estabelecidas; II – análise das atividades realizadas, do cumprimento e das metas do impacto do benefício social obtido em razão da execução do objeto até o período, com base nos indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho; III – valores efetivamente transferidos pela administração pública; IV – análise dos documentos comprobatórios das despesas apresentadas pela organização da sociedade civil na prestação de contas, quando não for comprovado o alcance das metas e resultados estabelecidos no respectivo termo de colaboração; V – análise de eventuais auditorias realizadas pelos controles interno e externo, no âmbito da fiscalização preventiva, bem como de suas conclusões e medidas que tomaram em decorrência dessas auditorias;

6.2.2. Referidos relatórios serão submetidos à Comissão de Monitoramento e Avaliação para homologação, no prazo máximo de 30 (trinta) dias contado do seu recebimento, independentemente da obrigatoriedade de apresentação da prestação de contas devida pela OSC PARCEIRA.

6.2.3. Após a homologação dos relatórios pela Comissão de Monitoramento e Avaliação, estes deverão ser encaminhados por correio eletrônico ao Órgão de Controle Interno do MUNICÍPIO, no prazo de até 03 (três) dias úteis, contado da data de homologação, para fins de fiscalização e controle.

6.3. Na hipótese do relatório técnico de monitoramento e avaliação evidenciar irregularidades, tais como, desvio de finalidade na aplicação dos recursos da parceria, atrasos na execução das ações e metas, descumprimento ou inadimplência da OSC PARCEIRA em relação a obrigações pactuadas, o Gestor da parceria notificará a OSC PARCEIRA para, no prazo de até 15 (quinze) dias, sanar a irregularidade, cumprir a obrigação ou apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

6.4. Compete a Secretaria Municipal de Finanças, por meio da Divisão de Prestação de Contas a análise de que trata os artigos 63 a 68 da Lei Federal nº 13.019/2014.

6.4.1. A análise será realizada a partir dos documentos apresentados e será consubstanciada em relatório que será encaminhado ao Gestor da parceria para ciência e tomada de providências.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS E DA RESTITUIÇÃO DOS RECURSOS

7.1. A prestação de contas apresentada pela OSC PARCEIRA deverá conter elementos que permitam ao Gestor da parceria avaliar o andamento ou concluir que o seu objeto foi executado conforme pactuado, com a descrição pormenorizada das atividades realizadas e a comprovação do alcance das metas e dos resultados esperados, até o período de que trata a prestação de contas.

7.1.1. A análise da execução do objeto consiste na verificação do cumprimento das metas e dos resultados, tendo como base os indicadores estabelecidos e aprovados no plano de trabalho e na verificação do alcance dos resultados.

7.1.2. Serão glosados os valores relacionados a metas e resultados descumpridos sem justificativa suficiente e aqueles que forem aplicados em finalidade diversa da prevista neste Termo de Colaboração.

7.1.3. A análise da prestação de contas deverá considerar a verdade real e os resultados alcançados.

7.2. A prestação de contas e todos os atos que dela decorram dar-se-ão em plataforma eletrônica, permitindo a visualização por qualquer interessado.

7.2.1. Até que o MUNICÍPIO possua sistema de prestação de contas que permita a visualização dos atos por qualquer interessado, deverá ser observado, no mínimo, o disposto do artigo 10 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.3. Para fins de prestação de contas, a OSC PARCEIRA deverá apresentar, em até 10 (dez) dias úteis após o encerramento de cada quadrimestre do ano civil:

a) Relatório de Execução do Objeto, assinado pelo seu representante legal, que conterá:

a.1.) as ações desenvolvidas para o cumprimento do objeto;

a.2.) a demonstração do alcance das metas referentes ao período de que trata a prestação de contas, apresentando um comparativo de metas propostas com os resultados alcançados;

a.3.) os documentos de comprovação do cumprimento do objeto e realização das ações, como fichas de inscrição, listas de presença, fotos e vídeos, ou outros conforme o caso, devendo o eventual cumprimento parcial ser devidamente justificado.

b) Relatório de Execução Financeira, assinado pelo seu representante legal, demonstrando as receitas e as despesas aplicadas no objeto da parceria, inclusive dos rendimentos financeiros, nos moldes das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo.

b.1.) O relatório de execução financeira deverá ser acompanhado dos extratos bancários da conta específica vinculada à execução da parceria, da conciliação bancária e, quando houver previsão no plano de trabalho de contratação de pessoal e de pagamento de encargos, os comprovantes de recolhimento dos tributos oriundos da relação trabalhista, acompanhados da Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social - GFIP, referentes ao período de que trata a prestação de contas.

7.4. Para fins de análise da prestação de contas, o Gestor deverá considerar, além do relatório de execução do objeto e do relatório de execução financeira, apresentados pela OSC PARCEIRA, os seguintes relatórios:

a) relatório de visita técnica in loco realizada durante a execução da parceria;

b) relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, homologado pela comissão de monitoramento e avaliação.

7.5. Na hipótese de descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho ou quando houver evidência de existência de ato irregular, o Gestor da parceria notificará a OSC PARCEIRA para apresentar, no prazo de até 15 (quinze) dias, os seguintes documentos:

a) cópia simples dos documentos fiscais, tais como, notas fiscais, cupom fiscal, faturas, recibos, holerites, guias de recolhimento dos encargos trabalhistas, impostos retidos na fonte de prestadores de serviços, acompanhados dos respectivos comprovantes de pagamentos e das Guias do Recolhimento do Fundo de Garantia e de Informações à Previdência Social - GFIP;

b) cópia dos comprovantes de pagamento de férias concedidas e do 13° salário, previstos no plano de trabalho;

c) cópia dos termos de rescisão contratual firmados no período e correspondentes termos de quitação das verbas rescisórias e do recolhimento do fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS, acompanhado do relatório GRRF ou outro que venha substituí-lo;

d) cópia das cotações de preços ou pesquisas realizadas para as compras e contratações;

e) extrato bancário da conta corrente específica vinculada à execução da parceria, bem como, extrato de aplicação financeira;

f) demonstrativo mensal dos rendimentos da aplicação financeira;

g) conciliação bancária da conta específica da parceria;

h) relação de bens adquiridos, quando houver;

i) memória de cálculo do rateio das despesas, quando houver.

7.5.5. Os documentos de que tratam as alíneas do subitem 7.5. supra, deverão ser apensados em processo administrativo distinto, a ser autuado pela secretaria responsável pela parceria, acompanhados dos relatórios de execução do objeto e de execução financeira.

7.5.6. Os documentos de que tratam as alíneas "a", "b" e "c" do subitem 7.5., deverão estar em nome da OSC PARCEIRA e identificados com o número do Termo de Colaboração.

7.5.7. Os originais dos documentos deverão ser apresentados no órgão responsável pela gestão da parceria, para que esse ateste a conferência nas cópias, não sendo aceitos, documentos ilegíveis, com rasuras ou com prazo de validade vencido.

7.6. A análise do relatório de execução financeira, acompanhado dos documentos a que se refere o subitem 7.5., contemplará as ações descritas no inciso II do artigo 66 da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.7. Sem prejuízo das hipóteses previstas no subitem 7.5., a OSC PARCEIRA deverá apresentar o Relatório de Execução Financeira acompanhado dos documentos a que se referem as respectivas alíneas deste subitem, quando for selecionada em processo de amostragem.

7.8. A OSC PARCERIA deverá apresentar Prestação de Contas Anual para fins de monitoramento do cumprimento das metas e dos resultados previstos no plano de trabalho.

7.8.1. A prestação de contas anual deverá ser apresentada no prazo de até 30 (trinta) dias após o fim de cada exercício, conforme estabelecido no instrumento de parceria.

7.8.2. A prestação de contas anual será composta pelos seguintes documentos:

a) a serem apresentados pela OSC PARCEIRA:

a.1.) relatório anual de execução do objeto, contendo as informações consolidadas dos relatórios quadrimestrais;

a.2.) relatório anual de execução financeira, contendo as informações consolidadas dos relatórios quadrimestrais;

a.3.) conciliação bancária do mês de dezembro da conta corrente específica da parceria, acompanhada dos respectivos extratos da conta corrente e da aplicação financeira;

a.4.) balanço patrimonial dos exercícios encerrado e anterior;

a.5.) demais demonstrações contábeis e financeiras, acompanhadas do balancete analítico acumulado no exercício;

a.6.) certidão expedida pelo Conselho Regional de Contabilidade - CRC, comprovando a habilitação profissional dos responsáveis por balanços e demonstrações contábeis;

a.7.) na hipótese de aquisição de bens com os recursos recebidos, prova do respectivo registro contábil e patrimonial;

a.8.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da OSC PARCEIRA, ou de órgão equivalente, acerca da regularidade dos gastos efetuados e da sua perfeita contabilização;

a.9.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da OSC PARCEIRA, ou de órgão equivalente, de que os originais dos comprovantes de gastos contêm a identificação da OSC PARCEIRA, o tipo de repasse e número do ajuste, bem como do MUNICÍPIO;

a.10.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da OSC, ou de órgão equivalente, acerca da regular quitação dos encargos e direitos trabalhistas, quando a parceria envolver gastos com pessoal;

a.11.) declaração do representante legal e do conselho fiscal da OSC, ou de órgão equivalente, acerca da realização das despesas da parceria em conformidade com os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, eficiência, motivação e interesse público;

a.12.) certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e à dívida ativa da união;
a.13.) certificado de regularidade do fundo de garantia do tempo de serviço - CRF/FGTS;

a.14.) certidão negativa ou positiva com efeito de negativa de débitos trabalhistas - CNDT;

a.15.) demais documentos exigidos nas instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de São Paulo, os quais serão informados à OSC, por meio de atos normativos da Administração Pública Municipal, podendo constar ainda, dos manuais elaborados pelo órgão de Controle Interno.

b) de responsabilidade do MUNICÍPIO:

b.1.) relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, elaborados pelo gestor da parceria e homologados pela comissão de monitoramento e avaliação;

b.2.) parecer técnico de análise da prestação de contas anual, elaborado pelo Gestor da parceria;

b.3.) parecer conclusivo elaborado nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de São Paulo.

7.8.2.1. Quando o final da vigência, prevista nos instrumentos jurídicos, não coincidir com o final do ano civil, o parecer técnico de que trata a alínea "b.2" do subitem 7.8.2., deverá apontar as perspectivas de cumprimento das metas e dos resultados da parceria.

7.8.3. A análise da prestação de contas anual terá como subsídio, o relatório anual de execução do objeto, os relatórios de visita in loco, os resultados das pesquisas de satisfação e os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, homologados pela comissão, devendo obrigatoriamente mencionar, para fins de avaliação quanto à eficácia e efetividade das ações já executadas:

a) as metas e os resultados já alcançados e os seus benefícios;
b) os efeitos da parceria, referentes:
b.1.) aos impactos econômicos ou sociais;
b.2.) ao grau de satisfação do público alvo;
b.3) à possibilidade de sustentabilidade das ações após a conclusão do objeto.

7.8.4. O Gestor da parceria deverá emitir o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, no prazo de até 20 (vinte) dias, a contar do recebimento dos relatórios anuais de execução do objeto e de execução financeira.

7.8.5. Na hipótese de omissão na entrega da prestação de contas ou da análise concluir que houve descumprimento de metas e resultados estabelecidos no Plano de Trabalho ou que há evidência de existência de ato irregular, o Gestor da parceria, previamente à emissão do parecer técnico de análise da prestação de contas anual, notificará a OSC para, no prazo de até 15 (quinze) dias:

a) sanar a irregularidade;
b) cumprir a obrigação;
c) apresentar justificativa para impossibilidade de saneamento da irregularidade ou cumprimento da obrigação.

7.8.6. Transcorrido o prazo para saneamento da irregularidade ou da omissão, não havendo o saneamento, a autoridade administrativa competente, sob pena de responsabilidade solidária, deve adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção de ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.8.6.1. A análise de que trata o subitem 7.8.6. será realizada por meio da Divisão de Prestação de Contas da Secretaria Municipal de Finanças, sendo elaborado posteriormente relatório que será encaminhado ao Gestor da parceria para ciência e tomada de providências.

7.8.6.2. Após ciência do relatório de que trata o subitem 7.8.6.1., o Gestor emitirá o parecer técnico de análise da prestação de contas anual, e:

a) caso conclua pela continuidade da parceria, deverá determinar:
a.1.) a devolução dos recursos financeiros relacionados à irregularidade ou à inexecução apurada;
a.2.) a retenção das parcelas dos recursos, observado o disposto no § 4º, inciso I, alínea b, do artigo 61 do Decreto Federal nº 8.726/2016, até que seja sanada a irregularidade ou devolvidos os recursos de que trata a alínea "a.1." do subitem 7.8.6.2.

b) caso conclua pela rescisão unilateral da parceria, deverá determinar:
b.1.) a devolução dos valores repassados relacionados à irregularidade ou à inexecução apurada ou à prestação de contas não apresentada;
b.2.) a devolução dos saldos remanescentes, incluindo os rendimentos da aplicação financeira;
b.3.) a vedação para celebração de novas parcerias e a suspensão de novos repasses à OSC PARCEIRA, se não houver a devolução de que tratam as alíneas "a" e "b" deste subitem, no prazo determinado.

7.8.6.3. As sanções previstas no Capítulo V da Lei Federal nº 13.019/2014 poderão ser aplicadas independentemente das providências adotadas de acordo com os subitens 7.8 a 7.8.6.3. deste Termo de Colaboração.

7.9. A OSC PARCEIRA deverá apresentar, sem prejuízo da prestação de contas anual, a prestação de contas final, no prazo de até 90 (noventa) dias a partir do término da vigência da parceria ou no final de cada exercício financeiro, por meio do Relatório Final de Execução do Objeto e do Relatório Final de Execução Financeira.

7.10. A análise da prestação de contas final irá fornecer elementos para a emissão do parecer técnico conclusivo do gestor e para a manifestação conclusiva da prestação de contas final de que trata a Seção III do Capítulo VII do Decreto Federal nº 8.726/2016, que deverá verificar o cumprimento do objeto, o atingimento das metas e o alcance dos resultados previstos no Plano de Trabalho e considerará:

a) o Relatório Final de Execução do Objeto, elaborado pela OSC PARCEIRA, consolidando as informações de todo período da parceria;

b) o Relatório Final de Execução Financeira, elaborado pela OSC PARCEIRA, consolidando as informações de todo período da parceria;

c) os relatórios de visita técnica in loco;

d) os resultados das pesquisas de satisfação;

e) os relatórios técnicos de monitoramento e avaliação, homologados pela comissão de monitoramento e avaliação.

7.10.1. A OSC PARCEIRA deverá apresentar o comprovante de devolução de eventual saldo remanescente da parceria.

7.11. Na hipótese da análise de que trata o subitem 7.10. supra, concluir que houve descumprimento de metas e resultados estabelecidos no plano de trabalho ou se houver evidência de existência de ato irregular, o Gestor da parceria, antes da emissão do parecer técnico conclusivo, notificará a OSC PARCEIRA para que apresente os documentos.

7.11.1. A análise do relatório de que trata o subitem 7.11. supra deverá observar o disposto no artigo 66, inciso II, da Lei Federal nº 13.019/2014.

7.12. A OSC PARCEIRA deverá apresentar:

a) o Relatório Final de Execução do Objeto, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC PARCEIRA;

b) o Relatório Final de Execução Financeira, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do término da execução da parceria, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC PARCEIRA;

c) os documentos deverão ser no prazo de até 20 (vinte) dias, contado da notificação, prorrogável por até 15 (quinze) dias, mediante justificativa e solicitação prévia da OSC PARCEIRA, nas hipóteses previstas no artigo 64 do Decreto Federal nº8.726/2016.

7.12.1. Quando o final da vigência da parceria não coincidir com o encerramento do ano civil, a OSC PARCEIRA deverá apresentar os documentos no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do término da vigência do instrumento.

7.12.2. Os documentos originais relativos à execução da parceria deverão ser mantidos arquivados pela OSC PARCEIRA, durante o prazo de 10 (dez) anos, contado do dia útil subsequente ao da apresentação da prestação de contas final.

7.13. O MUNICÍPIO deverá analisar a prestação de contas final, no prazo de até 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada.

7.13.1. O prazo para apreciar a prestação de contas final é de 150 (cento e cinquenta) dias, contado da data de seu recebimento ou do cumprimento de diligência por ela determinada, prorrogável justificadamente por igual período.

7.13.2. O transcurso do prazo definido no subitem 7.13., e de sua eventual prorrogação, nos termos do subitem 7.13.1., sem que as contas tenham sido apreciadas:

a) não impede que a OSC PARCEIRA participe de outros chamamentos públicos e celebre novas parcerias;

b) não significa impossibilidade de sua apreciação em data posterior ou vedação a que se adotem medidas saneadoras, punitivas ou destinadas a ressarcir danos que possam ter sido causados aos cofres públicos.

7.13.3. Se o transcurso do prazo definido no subitem 7.13, e de sua eventual prorrogação, nos termos do subitem 7.13.1, se der por culpa exclusiva da Administração Pública Municipal, sem que se constate dolo da OSC ou de seus prepostos, não incidirão juros de mora sobre débitos eventualmente apurados, no período entre o final do prazo e a data em que foi emitida a manifestação conclusiva pela Administração Pública Municipal, sem prejuízo da atualização monetária pelo IPCA, calculado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

7.14. Os débitos a serem restituídos pela OSC PARCEIRA serão apurados mediante atualização monetária pelo IPCA, acrescido de juros calculados da seguinte forma:

a) nos casos em que for constatado dolo da OSC ou de seus prepostos, os juros serão calculados a partir das datas de liberação dos recursos, sem subtração de eventual período de inércia da Administração Pública Municipal;

b) nos demais casos, os juros serão calculados a partir:

b.1) do decurso do prazo estabelecido no ato de notificação da organização da sociedade civil ou de seus prepostos para restituição dos valores ocorrida no curso da execução da parceria;

b.2) do término da execução da parceria, caso não tenha havido a notificação de que trata o item b.1, com subtração de eventual período de inércia da administração pública municipal.

7.14.1. Os débitos de que tratam o subitem 7.14., observarão juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – Selic, acumulado mensalmente, até o último dia do mês anterior ao do pagamento, e de um por cento no mês de pagamento.

7.15. O Gestor da parceria emitirá parecer técnico conclusivo de análise da prestação de contas final, que subsidiará a manifestação conclusiva do secretário da pasta responsável pela parceria sobre a aprovação ou não das contas.

7.16. A prestação de contas final será avaliada pelo Gestor da parceria como:

a) regular, quando expressar, de forma clara e objetiva, o cumprimento do objeto, o atingimento das metas e o alcance dos resultados da parceria;

b) regular com ressalva, quando evidenciar impropriedade ou qualquer outra falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário;

c) irregular, quando comprovada qualquer das seguintes circunstâncias:

c.1.) omissão no dever de prestar contas;

c.2.) descumprimento injustificado do objeto e das metas estabelecidas no plano de trabalho;

c.3.) dano ao erário decorrente de ato de gestão ilegítimo ou antieconômico;

c.4.) desfalque ou desvio de dinheiro, bens ou valores públicos.

7.16.1. Sempre que cumpridos o objeto e as metas estabelecidas e alcançados os resultados da parceria e, desde que não haja comprovado dano ao erário, a prestação de contas final deverá ser julgada regular com ressalvas pelo MUNICÍPIO, ainda que a OSC PARCEIRA tenha incorrido em falha formal.

7.17. A manifestação conclusiva da prestação de contas final será de responsabilidade do secretário da pasta responsável pela parceria, levando em consideração os pareceres técnico, financeiro e jurídico e o parecer conclusivo elaborado nos termos das instruções do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo de São Paulo e, deverá concluir, alternativamente, pela:

a) aprovação da prestação de contas;
b) aprovação da prestação de contas com ressalva;
c) rejeição da prestação de contas com a imediata determinação das providências administrativas e judiciais cabíveis para devolução dos valores aos cofres públicos.

7.17.1. A hipótese da alínea "b" do subitem supra, ocorrerá quando, apesar de cumpridos o objeto e as metas, forem constatadas impropriedades ou falta de natureza formal que não resulte em dano ao erário, sendo notificada a OSC PARCEIRA para a adoção das medidas necessárias a prevenir a reincidência.

7.17.2. A hipótese da alínea "c" do subitem supra ocorrerá quando comprovado dano ao erário, caso em que a secretaria responsável pela parceria, sob pena de responsabilidade solidária do seu responsável, deverá adotar as providências para apuração dos fatos, identificação dos responsáveis, quantificação do dano e obtenção do ressarcimento, nos termos da legislação vigente.

7.18. A manifestação conclusiva e a decisão sobre a prestação de contas final será encaminhada para ciência da OSC PARCEIRA.

7.18.1. A OSC PARCEIRA notificada da decisão de que trata o subitem 7.18. supra, poderá:

a) apresentar recurso, no prazo de até 30 (trinta) dias, à autoridade que proferiu a decisão, a qual, se não reconsiderar a decisão no prazo de até 30 (trinta) dias, encaminhará o recurso ao Exmo. Sr. Prefeito, para decisão final no prazo de até 30 (trinta) dias;

b) sanar a irregularidade ou cumprir a obrigação, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, prorrogável, no máximo, por igual período.

7.19. Exaurida a fase recursal, o MUNICÍPIO, deverá:

a) registrar em plataforma eletrônica as impropriedades que deram causa à rejeição;

b) no caso de rejeição da prestação de contas final, notificar a OSC PARCEIRA para que, no prazo de até 30 (trinta) dias:

b.1.) devolva os recursos financeiros relacionados com a irregularidade ou inexecução do objeto a que deu causa ou com relação a omissão na apresentação da prestação de contas;

b.2.) solicite o ressarcimento ao erário por meio de ações compensatórias de interesse público, mediante a apresentação de novo plano de trabalho, nos termos do § 2º do art. 72 da Lei Federal nº 13.019/2014 e alterações.

7.19.1. Compete exclusivamente ao Chefe do Poder Executivo autorizar o ressarcimento de que trata a alínea "b.2" do subitem supra, devendo estes, se pronunciarem sobre a solicitação, no prazo de até 30 (trinta) dias.

7.19.2. Os demais parâmetros para concessão do ressarcimento de que trata a alínea "b.2." do subitem supra, serão definidos observando-se os objetivos da política, do plano, do programa ou da ação em que a parceria esteja inserida.

7.20. O não ressarcimento ao erário ensejará a inscrição do débito na Dívida Ativa do Município de Santana de Parnaíba, por meio de despacho da autoridade competente.

CLÁUSULA OITAVA – DO VALOR TOTAL DE REPASSE, DO CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA DA DESPESA

8.1. Para a execução das ações e atividades previstas neste Termo de Colaboração, serão disponibilizados recursos no valor de R$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme cronograma de desembolso, constante do Plano de Trabalho aprovado (Anexo I deste instrumento).

8.2. As despesas com a execução deste Termo de Colaboração correrão por conta das seguintes dotações nº 0219-3.3.50.39.00.08.244.00342056.

CLÁUSULA NONA - DA LIBERAÇÃO DOS RECURSOS FINANCEIROS

9.1. A liberação das parcelas dos recursos será efetivada em estrita conformidade com o cronograma de desembolso aprovado, valores e datas, após o ateste do gestor da parceria, exceto nos casos a seguir, nos quais ficarão retidas até o saneamento das impropriedades: I – quando houver evidências de irregularidade na aplicação de parcela anteriormente recebida; II – quando constatado o desvio de finalidade na aplicação dos recursos ou o inadimplemento da organização da sociedade civil em relação a obrigações estabelecidas no termo de colaboração; III – quando a organização da sociedade civil deixar de adotar sem justificativa suficiente as medidas saneadoras apontadas pela administração pública ou pelos órgãos de controle interno ou externo.

9.2. O número deste Termo de Colaboração deverá constar nos documentos fiscais comprobatórios das despesas.

9.3. As despesas relacionadas à execução da parceria serão executadas em estrita observância ao plano de trabalho aprovado e as cláusulas pactuadas, sendo vedado:

a) utilizar recursos para finalidade alheia ao objeto da parceria;

b) pagar, a qualquer título, servidor ou empregado público com recursos vinculados à parceria, salvo nas hipóteses previstas em lei específica e na lei de diretrizes orçamentárias;

c) pagar despesa cujo fato gerador tenha ocorrido antes da vigência do instrumento da parceria;

d) pagar despesas a título de taxa de administração;

e) pagar multas, juros ou correção monetária, inclusive referentes a pagamentos ou a recolhimentos fora dos prazos, salvo se decorrentes de atrasos da Administração Pública Municipal na liberação de recursos financeiros.

9.4. As parcelas previstas no cronograma de desembolso serão retidas no caso de apresentação de irregularidades impeditivas de ateste e/ou no caso de não atendimento à notificação para sanar ou cumprir obrigação, excetuando-se os casos de serviços essenciais que não podem ser adiados sob pena de prejuízo ao erário ou à população, desde que precedida de justificativa expressa e fundamentada do Sr. Secretário da pasta, para a continuidade dos repasses.

9.5. No caso do cronograma de desembolso prever mais de uma parcela de repasse de recursos, para recebimento de cada parcela:

a) a Secretaria responsável pela parceria deverá verificar a regularidade fiscal da OSC PARCEIRA, por meio de consulta às certidões;

a.1.) quando as certidões não estiverem disponíveis eletronicamente, a OSC PARCEIRA será notificada para regularizar a situação e apresentar a respectiva certidão para liberação da parcela prevista no cronograma de desembolso;

b) a OSC PARCEIRA deverá apresentar a prestação de contas da(s) parcela(s) anterior(es), nos termos do disposto no Capítulo IV da Lei Federal nº 13.019/2014.

b.1.) a análise da prestação de contas não compromete a liberação das parcelas de recursos subsequentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ASSUNÇÃO OU TRANSFERÊNCIA DE RESPONSABILIDADE

11.1. Nas hipóteses de inexecução por culpa exclusiva da OSC PARCEIRA, o MUNICÍPIO poderá, exclusivamente para assegurar o atendimento de serviços essenciais à população, por ato próprio e independente de autorização judicial, a fim de realizar ou manter a execução das metas e atividades pactuadas:

a) retomar os bens públicos em poder da OSC PARCEIRA, qualquer que tenha sido a modalidade ou título que concedeu direitos de uso de tais bens;

b) assumir a responsabilidade pela execução do restante do objeto previsto no plano de trabalho, no caso de paralisação, de modo a evitar sua descontinuidade, devendo ser considerado na prestação de contas o que foi executado pela OSC PARCEIRA até o momento em que a administração assumiu essas responsabilidades;

c) no caso de transferência da responsabilidade pela execução do restante do objeto da parceria, a Administração Pública Municipal, deverá convocar OSC PARCEIRA participante do chamamento público realizado, desde que atendida a ordem de classificação e mantidas as mesmas condições do instrumento anterior.

d) Na impossibilidade justificada da convocação de que trata a letra "c" do subitem 11.1. ou na ausência de interesse das OSCs convocadas, o MUNICÍPIO assumirá diretamente a execução do objeto, podendo realizar novo chamamento público.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DOS BENS REMANESCENTES

12.1. Para os fins deste Termo de Colaboração, considera-se bens remanescentes equipamentos e materiais permanentes adquiridos com recursos da parceria, necessários à consecução do objeto, mas que a ele não se incorporam.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

13.1. Quando a execução da parceria estiver em desacordo com o Plano de Trabalho, com as normas da Lei Federal nº 13.019/2014 e da legislação específica, o MUNICÍPIO poderá aplicar à OSC PARCEIRA as seguintes sanções:

a) advertência;

b) suspensão temporária da participação em chamamento público e impedimento de celebração de parceria ou contrato com órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, por prazo não superior a dois anos; ou

c) declaração de inidoneidade para participar de chamamento público ou celebrar parceria ou contrato com órgãos e entidades de todas as esferas de governo.

13.1.1. A sanção de advertência tem caráter educativo e preventivo e será aplicada quando verificadas irregularidades que não justifiquem a aplicação de penalidade mais severa.

13.1.2. A sanção de suspensão temporária deverá ser aplicada nos casos em que forem verificadas irregularidades na celebração, na execução ou na prestação de contas da parceria e não se justificar a imposição de penalidade mais grave, considerando-se a natureza e a gravidade da infração cometida, as peculiaridades do caso concreto, as circunstâncias agravantes ou atenuantes e os danos que dela provieram para administração pública.

13.1.3. A sanção de advertência é de competência do Gestor da parceria.

13.1.4. As sanções de suspensão temporária e de declaração de inidoneidade são de competência exclusiva do Secretário da pasta responsável pela parceria.

13.1.5. A aplicação das penalidades previstas neste artigo poderá ser cumulativa a outras medidas civis, penais e administrativas cabíveis.

13.2. Compete ao Exmo. Sr. Prefeito decidir sobre recurso administrativo interposto em face de decisão de aplicação das penalidades, salvo nos casos de aplicação de advertência quando o recurso deverá ser endereçado ao Secretário da pasta responsável pela parceria.

13.3. A responsabilidade da OSC PARCEIRA será apurada com a observância do devido processo legal, assegurados o contraditório e a ampla defesa, com os meios e recursos a eles inerentes, devendo a aplicação das penalidades cabíveis respeitar os princípios da razoabilidade e da proporcionalidade.

13.4. A autoridade competente notificará a OSC PARCEIRA e seus representantes quando verificada conduta irregular que lhes for atribuída, caracterizando a infração cabível e expondo os motivos da possibilidade de aplicação da sanção, para apresentar defesa, se quiserem.

13.4.1. A ciência da notificação assegurará vista imediata dos autos.

13.4.2. A notificação da OSC PARCEIRA deverá ser efetuada por correspondência com aviso de recebimento - AR ou mediante protocolo na sede ou filial da OSC PARCEIRA.

13.4.3. O prazo para apresentação de defesa, contado da data de juntada do aviso de recebimento - AR ou do protocolo da notificação aos autos do processo administrativo correspondente, será de 10 (dez) dias úteis.

13.4.3.1. Com a apresentação de defesa, em qualquer caso, os órgãos técnicos deverão se manifestar e, quando se tratar de possibilidade de aplicação das sanções previstas, e deverá ocorrer também manifestação da área jurídica.

13.5. Decorrido o prazo para defesa e após a manifestação dos órgãos técnicos e jurídicos, se for o caso, o gestor ou Secretário da pasta, no prazo de 10 (dez) dias úteis, relatará o processo e decidirá, fundamentadamente, pela aplicação ou não da sanção, determinando, conforme o caso, o período de sua duração.

13.6. A decisão de aplicação das penalidades será publicada na IOMSP, assegurada a OSC PARCEIRA vista dos autos e oportunidade para apresentação de recurso administrativo no prazo de 10 (dez) dias úteis.

13.7. Interposto recurso pela OSC PARCEIRA, a autoridade recorrida o apreciará no prazo de 10 (dez) dias úteis, e, decidindo pela manutenção da penalidade aplicada, remeterá os autos à apreciação da autoridade superior para análise e julgamento do recurso no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis.

13.8. A ciência das decisões de primeira e segunda instância quanto à aplicação da penalidade será dada mediante publicação na IOMSP.

13.9. A reabilitação da sanção prevista no § 1º, do inciso III do artigo 73 da Lei Federal nº 13.019/2014, poderá ser requerida após 02 (dois) anos da aplicação da penalidade e será concedida quando a OSC PARCEIRA ressarcir ao MUNICÍPIO pelos prejuízos resultantes de sua conduta e/ou cumprir obrigação com ela firmada.

13.10. Prescreve em cinco anos, contados a partir da data de apresentação da prestação de contas, a aplicação das sanções previstas no artigo 73 da Lei Federal nº 13.019/2014.

13.11. A prescrição será interrompida com a edição de ato administrativo voltado à apuração de infração.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA CONCLUSÃO, DENÚNCIA E RESCISÃO

14.1. Este Termo de Colaboração poderá ser denunciado ou rescindido a qualquer tempo, nos termos do inciso XVI do artigo 42 da Lei Federal nº 13.019/2014.

14.1.1. Na ocorrência de denúncia, os partícipes serão responsáveis somente pelas obrigações relativas ao período em que participaram voluntariamente da parceria.

14.2. Quando da conclusão, denúncia ou rescisão da parceria, os saldos financeiros remanescentes, inclusive os provenientes das receitas obtidas das aplicações financeiras realizadas, serão devolvidos ao Tesouro Municipal, no prazo improrrogável de 30 (trinta) dias, sob pena de imediata instauração de tomada de contas especial.

14.2.1. Na devolução de que trata o subitem 14.2. e observada a vinculação legal dos recursos, deverá ser:

a) estornada a despesa orçamentária, quando se tratar de devolução de recursos do próprio exercício; ou

b) registrada a receita orçamentária, quando se tratar de devolução de recursos de exercícios anteriores.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO SISTEMA DE PROVISIONAMENTO DE VERBAS RESCISÓRIAS

15.1. A OSC PARCEIRA adotará a sistemática de provisionamento de recursos para o pagamento futuro de verbas rescisórias dos profissionais que compõem as equipes de trabalho, mediante escrituração contábil específica.

15.1.1. O pagamento das verbas rescisórias de que trata o subitem 15.1., ainda que após o término da execução da parceria, será proporcional ao período de atuação do profissional na execução das metas previstas no plano de trabalho.

15.2. O montante da escrituração contábil específica será equivalente ao somatório dos valores das provisões previstos no plano de trabalho para o período de vigência da parceria, tais como 13° salário, férias, respectivos encargos e multa rescisória do FGTS nos casos de rescisão sem justa causa.

15.3. Para pagamento das verbas rescisórias de empregados mantidos na OSC PARCEIRA após o encerramento da vigência da parceria, a OSC PARCEIRA deverá efetuar a transferência dos valores da conta corrente específica da parceria para a sua conta institucional, apresentando:

a) planilha de cálculo, elaborada por profissional da área de contabilidade, de recursos humanos ou outra área possuidora de competência técnica adequada na realização do cálculo, que indique a relação dos valores proporcionais ao tempo trabalhado e benefícios futuros, para cada empregado;

b) comprovante de transferência dos valores provisionados em escrituração contábil específica, para a conta institucional da OSC PARCEIRA, ao término da parceria;

c) documento que demonstre a ciência dos referidos empregados quanto ao ato da transferência dos recursos financeiros para o pagamento das verbas rescisórias, referentes ao período da parceria;

d) declaração do representante legal da OSC PARCEIRA que ateste a quitação pelo MUNICÍPIO, do passivo trabalhista;

e) declaração do representante legal da OSC PARCEIRA, firmada sob as penas da lei, de que a OSC PARCEIRA fica integralmente responsável pelas obrigações trabalhistas e pelo pagamento posterior ao empregado.

15.4. Os valores de que trata o subitem 15.3., somente poderão ser utilizados para pagamento de verbas rescisórias.

15.5. Os documentos de que tratam as alíneas "a" a "e" do subitem 15.3., deverão constar na prestação de contas final.

15.6. O uso indevido e a malversação dos recursos vinculados para liquidação de verbas rescisórias caracterizam apropriação indébita por parte da OSC PARCEIRA, devendo seus representantes legais responder administrativa, penal e civilmente por tal irregularidade.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO

16.1. As parceiras elegem o foro da Comarca de Santana de Parnaíba para dirimir eventuais questões decorrentes do presente Termo de Colaboração.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA– DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

17.1. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Termo de Colaboração, excluir-se-á o dia o início e incluir-se-á o dia do vencimento, prorrogando-se este para primeiro dia útil, se recair em dia sem expediente.

E, por estarem assim justos e de acordo com as cláusulas acima, assinam as partes o presente instrumento, em 2 (duas) vias, todas de igual teor e forma, para que produza seus efeitos legais, sendo a seguir arquivado em ordem numérica de acordo com a legislação em vigor.

Santana de Parnaíba, 14 de dezembro de 2.021.

ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA
Prefeito Municipal

WALTER BARANA NICOLOSI
Diretor Presidente

Testemunhas:

1. _____
Albaneide Teixeira Lima da Silva
RG: 42.007.971-3

2. _____
Anna Carolina Gazeta Gonçalves
RG: 34.542.508-x

PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

ANEXO ÚNICO

RAINHA DA PAZ
ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

Registros e certificados: CNPJ | 04.711.046/0001-70 | CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Secretaria de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social - 0865-2007 | CRCL - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - Certificado de Registro | CMAS - Cons. Mun. de Assistência Social - Certificado de Inscrição | CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT - Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Fisioterapia | CRFT - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

PLANO DE TRABALHO

1-Identificação da OSC
Nome: Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz
CNPJ: 04.711.046/0001-70
Endereço: Estrada Ecoturistica do Suru, 1833
Complemento: Bairro: Suru Cep: 06509-001
Site: www.abcrainhadapaz.org.br
Dirigente da OSC: Walter Barana Nicolosi
CPF: 906.533.198-00 RG: 4566793-7 Órgão Expedidor:SSP – SP
Endereço residencial do dirigente: Alameda Palmas das, 168. Alphaville. Santana de Parnaíba.CEP 06539-120

2-Dados da Proposta
Nome da atividade: Programa de Habilitação e Reabilitação para pessoas com deficiência e suas famílias, vinculado ao Serviço de Proteção Social Especial Para Pessoas com Deficiências e suas Famílias.
Técnico responsável pela proposta: Daniele Poppst Swerts
Experiência profissional do técnico responsável pelo projeto: Formada em Terapia Ocupacional há 18 anos, pós-graduada em geronto-psiquiatria pelo Hospital do Servidor Público de São Paulo, e em Educação Especial e Inclusiva com Ênfase em Tecnologia Assistiva pela Faculdade São Luis. Possui cursos de extensão em Órteses Estáticas para Membros Superiores, Adequação Postural em Cadeira de Rodas e Terapy Taping (módulo I e II).Coordenou por 14 anos o Setor de Terapia Ocupacional da Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, assumindo em 2021 a Gerencia Geral da Organização.

RAINHA DA PAZ
ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

Registros e certificados: CNPJ - 04.711.046/0001-70 | CEBAS - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Secr.Est. de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) - 5665/2007 | CRCL - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - Certificado de Registro | CMAS - Cons. Mun. de Assistência Social - Certificado de Inscrição | CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT - Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

Técnico de Serviço Social responsável: Julia Bortolotti
Experiência profissional do técnico responsável pelo projeto: Graduada em serviço social desde 2012 com experiência de mais de 10 anos como assistente social no trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social bem como na violação de direitos. Atuando na Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz desde 2018 a frente da coordenação de serviço social com habilidade no uso dos instrumentais técnicos da profissão.
Valor total da proposta Anual: R$ 200.000,00
Responsável financeiro: Lisiane Oliveira
Local de realização das atividades: Cidade de Santana de Parnaíba
Período de realização da parceria: 12 meses

3-Diagnóstico Social da realidade que pretende atingir frente ao objeto a ser firmado na parceria.(Especificar os objetivos detalhadamente)

Mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo vivem com algum tipo de deficiência, destas quase 93 milhões são crianças. No Brasil, são 45,6 milhões de pessoas, que representam quase 24% da população brasileira com algum tipo de deficiência (IBGE). A sociedade percebe de forma distinta os tipos de deficiência e a capacidade limitada de atores sociais e governamentais para acomodar tais necessidades especiais, muitas vezes colocando-as a margem. As pessoas com deficiência vivenciam desigualdades na sua vida diária e têm menos oportunidades de ter acesso a um ambiente inclusivo.

É nesse lócus que a Rainha da Paz se insere, atendendo 430 crianças, adolescentes, jovens adultos e suas familias de mais 18 municípios da região grande Oeste, incluindo Santana de Parnaíba onde essa Organização possui a sede.

É válido afirmar ainda que observamos nessa regiao a qual a Rainha da Paz atua que existe um alto grau de dependência das famílias de pessoas com deficiência em relação a programas sociais governamentais bem como do trabalho filantrópico das organizações expondo uma vulnerabilidade econômica, o que reforça a necessidade de

políticas públicas de atendimento continuado, como esse Serviço se propõe.

Objetivo Geral do Serviço é acolher, reabilitar, melhorar a qualidade de vida, resgatar a cidadania e a dignidade das pessoas com deficiência e de suas famílias em situação de vulnerabilidade social.

Já os objetivos específicos estão de acordo com a tipificação socioassistencial do Serviço de Proteção para pessoas com Deficiência e suas Famílias. Sendo eles:

- Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência, seus cuidadores e suas famílias;
- Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência;
- Prevenir o abrigamento e a segregação dos usuários do serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos;
- Promover apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar e cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção;
- Acompanhar o deslocamento, viabilizar o desenvolvimento do usuário e o acesso a serviços básicos, tais como: bancos, mercados, farmácias, etc., conforme necessidades;
- Prevenir situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação de prestação/demanda de cuidados permanentes/prolongados.

4-Justificativa da atividade a ser executada

Em 1976 a Organização Mundial de Saúde (OMS), na sua IX Assembleia, apresentou pela primeira vez três casos relacionados às definições de deficiência. *Deficiência:* A deficiência é definida como uma possível sequela temporária ou permanente, trazida de perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Incapacidade: a incapacidade é decorrente da deficiência e corresponde a qualquer redução ou falta de capacidade para desempenhar uma atividade dentro dos padrões considerados tarefa fácil para o ser humano.

RAINHA DA PAZ
ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

Registros e certificados: CNPJ - 04.711.046/0001-70 | CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Secretaria de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) - 5065/2007 | CRCL - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - Certificado de Registro | CMAS - Cons. Mun. de Assistência Social - Certificado de Inscrição | CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT - Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

Desvantagem ou impedimento: é a dificuldade ou impossibilidade da pessoa desempenhar papel social concordante com sua idade, sexo e outros pontos sociais e culturais (HOBOLD, 2018).

É notória, a necessidade de mudanças profundas na mentalidade da sociedade diante da sua negação sobre o tema inclusão, dificultando assim o entendimento que a inclusão é o caminho certo para que pessoas com deficiência, tenham o direito à igualdade perante todos, pois assim como qualquer outro ser humano, elas sejam olhadas e aceitas por aquilo que são hoje, e não por aquilo que poderão vir a ser e a produzir.

A pessoa com deficiência têm os mesmos direitos como qualquer outro cidadão brasileiro, pois conforme a legislação que nos rege, Art. 5º da CF/88, "Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade".

Neste aspecto, a Associação Rainha da Paz, há 20 anos busca acolher e reabilitar pessoas com deficiência proporcionando o desenvolvimeno global, comunicação, socialização e autonomia, resultando na prevenção do isolamento e a segregação dos usuários e suas famílias, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária.

Realizamos um conjunto variado de atendimentos especializados de reabilitação bem como atividades de convivência grupal, social e comunitária; cuidados pessoais; fortalecimento de vínculos e ampliação das relações sociais; apoio e orientação aos cuidadores, familiares, articulação no acesso a outros serviços no território e às tecnologias assistivas de autonomia e convivência, contribuindo para aumentar a autonomia e evitar o isolamento social da pessoa com deficiência e do cuidador familiar.

A continuidade do serviço prestado aos usuários demanda uma resposta complexa e de longo prazo, uma vez que a maioria dos atendidos possui múltiplas doenças crônicas e necessitam de cuidados diferenciados e continuo de acordo com o seu desenvolvimento. Assim, considerando as características da cronicidade, não há regressão dos quadros, sendo a ação mais adequada à desaceleração de sua progressão e a busca pela qualidade de vida, o que justifica a permanência dos usuários nos acompanhamentos, independente da faixa etária.

Dessa forma esse serviço busca oferecer os apoios necessários para promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência tornando-as aptas e capazes a expressar sua autonomia na família, na comunidade e na sociedade, trazendo impactos positivos como:

- Acessos aos direitos socioassistenciais;
- Redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigamento institucional;
- Diminuição da sobrecarga dos cuidadores advinda da prestação continuada de cuidados a pessoas com dependência;
- Fortalecimento da convivência familiar e comunitária;
- Melhoria da qualidade de vida familiar;
- Redução dos agravos decorrentes de situações violadoras de direitos;
- Proteção social e cuidados individuais e familiares voltados ao desenvolvimento de autonomia.

5- Objetivos e Metas (As metas devem estar de acordo com os objetivos propostos no Edital)	
Objetivos	Metas
Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicassetoriais e do Sistema de Garantia de Direitos;	100% dos familiares incluídos nos Programasde Transferência de Renda 100% das famílias acessando as demais politicas do Sistema de Garantia de Direitos.
Acompanhar o deslocamento, viabilizar o desenvolvimento do usuário e o acesso a serviços básicos, tais como: bancos, mercados, farmácias, etc., conforme necessidades;	100% das famílias com análise socioeconômica. 100% das famílias visitadas pela equipe tecnica
Prevenir situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação deprestação/demanda de cuidadospermanentes/prolongados.	100% dos usuários e familiares participando das atividades de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. 100% das famílias sendo monitoradas pela equipe
Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência, seus cuidadores e suas famílias;	100% dos usuários em acompanhamento especializado de habilitação e reabilitação em uma ou mais das seguintes especialidades: Nutrição, Psicologia, Apoio Pedagógico, Terapia Ocupacional, informática, Brinquedoteca.

RAINHA DA PAZ
ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

Registros e certificados: CNPJ - 04.711.046/0001-70 | CEBAS - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Secr.Est. de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) - 5865/2007 | CRCL - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - Certificado de Registro | CMAS - Cons. Mun. de Assistência Social - Certificado de Inscrição | CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CHT - Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

Promover apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar e cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção;	100% das famílias participando de atendimentos em grupo e/ou individual psicossocial.
Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência;	100% das famílias e usuários participando de atendimentos em grupo e/ou individual psicossocial
Prevenir o abrigamento e a segregação dos usuários do serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;	100% dos usuários participando das atividades de convivência familiar e comunitária com fortalecimento de vínculos. 100% dos usuários participando de atividades socioeducativas e/ou estimulação sensorial em grupo.

6-Descrição das etapas para o cumprimento das metas

Etapa	Metas
Triagem dos usuários para atendimentos no Serviço	100% das famílias com análise socioeconômica. 100% das famílias visitadas pelaequipe técnica
Atividades de Acolhimento	100% dos familiares incluídos nos Programas de Transferência de Renda 100% das famílias acessando asdemais politicas do Sistema de Garantia de Direitos.
Atividades de Habilitação eReabilitação	100% dos usuários em acompanhamento especializado de habilitação e reabilitação em uma ou mais das seguintes especialidades: Nutrição, Enfermagem , Psicologia, Apoio Pedagógico, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Fonoaudiologia.

RAINHA DA PAZ

ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

Registros e Certidões: CNPJ - 04.711.046/0001-70 | CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Sec.Est. de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) - 5665/2007 | CRCL - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente | Certificado de Registro | CMAS - Cons. Mun. de Assistência Social - Certificado de Inscrição | CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CTI - Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Farmacêutico

Atividades de Convivência e Fortalecimento de Vínculos familiar e comunitário	100% dos usuários participando de atividades socioeducativas e/ou estimulação sensorial em grupo. 100% das famílias participando de atendimentos em grupo e/ou individual psicossocial. 100% dos usuários e familiares participando das atividades de fortalecimento de vínculos familiares ecomunitários.

RAINHA DA PAZ
ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

Registros e certificados: CNPJ - 04.711.046/0001-70 | CEBAS - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Secretaria de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) - 5865/2007 | CRCL - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - Certificado de Registro | CMAS - Cons. Mun. de Assistência Social - Certificado de Inscrição | CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CNT - Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRCI - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

7- Metodologia (forma de execução das atividades)

As atividades desse serviço acontecem de segunda à sexta feira das 07h as 17h, assim todas as atividades serão realizadas com os usurários sempre acompanhadas pelos responsáveis previamente identificados pelo serviço social.

Todos os usuários quando chegam à Organização obrigatoriamente passam pelo setor de Enfermagem onde são checadas a temperatura, frequência cardíaca, respiratória. Atualmente, devido a situação atual de Pandemia a checagem da temperatura se estende aos familiares e colaboradores.

Sendo o distanciamento social a nova realidade da sociedade atual, a Organização Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz irá realizar novas formas de atendimento, incluindo o teleatendimento para os atendimentos de reabilitação (individuais e em grupo) e o e telemonitoramento para o acolhimento - garantindo desta forma o alcance dos objetivos propostos.

Os atendimentos presenciais de habilitação , reabilitação e acolhimento serão realizados individualmente em salas amplas e ventiladas. Este atendimento será realizado uma vez por semana com dia e horário pré-determinado pela equipe e os técnicos envolvidos utilizarão todos os EPIs necessários para a proteção contra a transmissão da Covid-19.

A Organização conta com uma Oficina ortopédica que confecciona adaptações posturais para as cadeiras de rodas dos usuários por entender o benefício que a cadeira de rodas adaptada traz para atendidos. O Setor de Terapia Ocupacional continuará realizando a confecção destas adaptações e entrega de cadeira de rodas adaptada e também realizando a manutenção das cadeiras de rodas que já estão em uso.

Seguindo as orientações de distanciamento social, enquanto perdurar o estado de pandemia, as atividades em grupo serão realizadas em pequenos grupos, devido ao risco de transmissão. Entretanto para se atingir o objetivo proposto nesse plano de trabalho utilizaremos também os atendimentos em grupo na modalidade online.

RAINHA DA PAZ
ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

Números e certificados: CNPJ 04.211.946/0001-70 | CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SUAS (Sistema Único de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – 5555/2007 | CMDCA – Conselho de Direitos da Criança e do Adolescente | Certificado de Registro | CMAS – Cons. Mun. de Assistência Social – Certificado de Inscrição | CEVS – Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT – Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ – Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Psicologia

8- Indicadores de resultados alcançados acerca do objeto da parceria		
Objeto da Parceria	Meta	Indicador de resultado
Atendimento especializado dehabilitação e reabilitação para 100 (cem) pessoas com deficiência e suas famílias, em situação de vulnerabilidade social. O atendimento deve garantir a qualidade de vida, o resgate da cidadania e a dignidade dos usuários atendidos.	100% das famílias com análise socioeconômica. 100% das famílias visitadas pela equipe técnica	• Número de Famílias que receberam visitas domiciliares
	100% dos familiares incluídos nos Programas de Transferência de Renda 100% das famílias acessando as demais politicas do Sistema de Garantia de Direitos.	• Cadastro no CRAS referencia • NIS • Acesso ao BPC • Matricula na escola das crianças e adolescente em idade escolar • Exames e consultas dos usuários e familiares em dia.
	100% dos usuários em acompanhamento especializado de habilitação e reabilitação em uma ou mais das seguintes especialidades: Nutrição, Enfermagem , Psicologia, Apoio Pedagógico, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Fonoaudiologia.	• Evolução dos usuários nos atendimentos • Frequência nos atendimentos • Melhora da qualidade de vida.
	100% dos usuários participando de atividades socioeducativas e/ou estimulação sensorial em grupo. 100% das famílias participando de atendimentos em grupo e/ou individual psicossocial. 100% dos usuários e familiares participando das atividades de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	• Número de usuários participando das atividades em grupo • Número de famílias participando das atividade propostas. • Número de usuários e familiares participando juntos das atividades Propostas.

RAINHA DA PAZ
ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

Registro e certificados: CNPJ - 04.711.046/0001-01 | CCBAS - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Secr.Est. de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) - 5965/2007 | CRCE - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - Certificado de Registro | CMAS - Cons. Mun. de Assistência Social - Certificado de Inscrição | CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT - Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

9- Cronograma de Atividades (definição de prazos e formas de cumprimento das atividades e metas aserem alcançadas)

Meses	01 e 02	02 e 03	02 à 12

Etapas	1º	2º	3º
Meta	Triagens dos usuários atendidos pela equipe técnica	Abertura de prontuário e Visita Domiciliares	Atendimentos de Acolhimento e Reabilitação e socioeducativas.
Especificação	Atendimento	Atendimento	Atendimento
Unidade	Lista de Presença e Relatório	Lista de Presença e Relatório	Lista de Presença e Relatório
Quantidade	100 usuários e familiares	100 usuários e familiares	100 usuários e familiares
Valor R$	R$ 200.000,00 (parcela única)	----------	----------
Data de início	15/12/2021	15/12/2021	15/12/2021
Data de término	15/12/2022	15/12/2022	15/12/2022

ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE COMUNIDADE DE AMOR RAINHA DA PAZ
Estrada Ecoturística do Suru, 1.833 Santana do Parnaíba CEP 06509-001 55 11 4154-1193 | 4154-5060 abcrainhadapaz.org.br

RAINHA DA PAZ
ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

Registros e certificados: CNPJ - 04.7[illegible] | DERAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Secretaria de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social - 5065/2007) | CRCL - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - Certificado de Registro | CMAS - Cons. Mun. de Assistência Social - Certificado de Inscrição | CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT - Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ - Certificado do Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

10- Cronograma de Receitas e Despesas

Periodicidade	Receita (descrição)	Valor (R$)	Despesas (descrição)	Valor(R$)
Anual	Termo de Fomento Secretaria de Assistência e Desenvolvimento social	R$200,000,00 (parcela única)		
Mensal			Instrutora de informática	R$ 1.469,00
Mensal			Coordenadora de serviço social	R$ 3.452,00
Mensal			Monitora	R$ 1.479,00
Mensal			Cozinheira	R$ 1.659,00
Mensal			Educadora física	R$ 2.554,00
TOTAL				R$ 16.744,00

11- Recursos Humanos

Quantidade	Cargo	Carga Horária	Remuneração	INSS Patronal	FGTS	Outros encargos (descrever	Custo Total:
1	AJUDANTE DE MOTORISTA	220	1.407,16	121,55	122,71	*	1.651,42
1	AJUSTADOR MECANICO E	220	2.598,00	230,60	208,80	*	3.037,40

RAINHA DA PAZ
ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

Registros e certificados: CNPJ - 04.211.046/0001-70 - CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Secretaria Estadual de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social - 5965/2007 - CHCL - Certificado de Regularidade Cartastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - Certificado de Registro | CMAS - Conx. Mun. de Assistência Social - Certificado de Inscrição | CEVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT - Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

	SOCIAL						
1	COORDENADOR (A) DE FISIOTERAPIA	200	3.523,93	344,62	281,91	122,10	4.272,56
1	COORDENADOR (A) DE PSICOLOGIA	200	3.242,30	306,46	259,38	85,58	3.893,72
1	COORDENADOR A DE DOACOES E EVENTOS	220	3.242,30	306,46	259,38	63,17	3.871,31
1	COZINHEIRO(A)	220	1.818,60	147,17	145,48	*	2.111,25
1	DIRETOR(A) ADMINISTRATIV O	220	9.600,00	817,50	751,97	1629,74	12.799,21
1	EDUCADORA FISICA	175	2.700,00	241,39	216,00	41,60	3.198,99
1	ENCARREGADO SERVICO DE LIMPEZA	220	1.945,38	163,63	160,12	*	2.269,13
2	ESTOQUISTA	220	1.407,16	79,57	122,62	*	1.609,34
4	FAXINEIRA	220	1.407,16	105,62	113,91	*	1.626,69
6	FISIOTERAPEUT A	150	3.000,98	278,66	240,84	57,36	3.577,84
1	FONOAUDIOLO GO(A)	200	3.317,20	315,68	265,37	53,88	3.952,13
1	GERENTE	220	3.637,20	360,48	290,97	79,83	4.368,48
1	GERENTE GERAL	185	6.240,00	751,97	520,00	711,35	8.223,32
1	INSTRUTOR(A) DE INFORMATICA	200	1.489,78	118,87	120,32	*	1.728,97
1	MONITOR	220	1.407,16	110,14	112,57	*	1.629,87
2	MOTORISTA	220	1.945,38	171,70	167,29	*	2.284,37
1	RECEPCIONIST A	220	1.480,65	116,75	118,45	*	1.715,85
1	TECNICO DE INFORMATICA	220	2.592,51	237,47	213,38	39,44	3.082,80

RAINHA DA PAZ

ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS

Registros/Certificados CNPJ - 08.211.026/0001-70 | CEBAS - Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (SIGEST) - de Desenvolvimento Social | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social – 5865/2007 | CNCL – Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - Certificado de Registro | CMAS – Cons. Mun. de Assistência Social – Certificado de Inscrição | CEVS – Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT – Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRP | Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Psicologia

1	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	200	2.161,37	203,15	190,50	*	2.555,02
2	TERAPEUTA OCUPACIONAL	150	3.000,98	280,98	242,38	56,26	3.580,59
1	ZELADOR	220	1.407,16	127,90	217,58	*	1.752,64
				Total: R$ 9.210,57	**Total:** R$ 8.308,28	**Total:** R$ 3.632,50	**Total:** R$ 121.359,21

21

RAINHA DA PAZ
ACOLHE E REABILITA PESSOAS COM DEFICIENCIA E SUAS FAMILIAS

Registros e certificados: CNPJ - 04 / 11.[illegible] 70 | CEBAS - Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social | BEDS (Sec. Est. de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) - [illegible] | CRCE - Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA - Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente - Certificado de Registro | CMAS - Conc. Mun. de Assistência Social - Certificado de Inscrição | CCVS - Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT - Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ - Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

12- Cronograma de Desembolso Anual	
TOTAL	**R$ 200.000,00 (parcela única)**

Obs: A Administração Pública analisará cada prestação de contas apresentada, conforme o cumprimento do objeto da parceria.

Walter Barana Nicolosi
Diretor Presidente
RG: 4.566.793-7

Walter Barana Nicolosi
Diretor - Presidente

PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA

PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE COMUNIDADE AMOR RAINHA DA PAZ

TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004 /2021

OBJETO: CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA O PROGRAMA DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIAS E SUAS FAMÍLIAS RESIDENTES NA CIDADE DE SANTANA DE PARNAÍBA, CONFORME DETALHADO NO PLANO DE TRABALHO.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. Estamos CIENTES de que:

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados

.

2. Damo-nos por NOTIFICADOS para:

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Santana de Parnaíba, 14 de dezembro de 2021.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Antonio Marcos Batista Pereira
Cargo: Prefeito
CPF: 136.500.348-59

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Antonio Marcos Batista Pereira
Cargo: Prefeito
CPF: 136.500.348-59

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:
Nome: Antonio Marcos Batista Pereira
Cargo: Prefeito
CPF: 136.500.348-59

Assinatura: _____

Pela contratada:
Nome: Walter Barana Nicolosi
Cargo: Presidente
CPF: 906.533.198-00

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: Antonio Marcos Batista Pereira
Cargo: Prefeito
CPF: 136.500.348-59

PLANO DE TRABALHO

1-Identificação da OSC
Nome: Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz
CNPJ: 04.711.046/0001-70
Endereço: Estrada Ecoturistica do Suru, 1833
Complemento: Bairro: Suru Cep: 06509-001
Site: www.abcrainhadapaz.org.br
Dirigente da OSC: Walter Barana Nicolosi
CPF: 906.533.198-00 RG: 4566793-7 Órgão Expedidor:SSP – SP
Endereço residencial do dirigente: Alameda Palmas das, 168. Alphaville. Santana de Parnaíba.CEP 06539-120

2-Dados da Proposta
Nome da atividade: Programa de Habilitação e Reabilitação para pessoas com deficiência e suas famílias, vinculado ao Serviço de Proteção Social Especial Para Pessoas com Deficiências e suas Famílias.
Técnico responsável pela proposta: Daniele Poppst Swerts
Experiência profissional do técnico responsável pelo projeto: Formada em Terapia Ocupacional há 18 anos, pós-graduada em geronto-psiquiatria pelo Hospital do Servidor Público de São Paulo, e em Educação Especial e Inclusiva com Ênfase em Tecnologia Assistiva pela Faculdade São Luis. Possui cursos de extensão em Órteses Estáticas para Membros Superiores, Adequação Postural em Cadeira de Rodas e Terapy Taping (módulo I e II).Coordenou por 14 anos o Setor de Terapia Ocupacional da Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz, assumindo em 2021 a Gerencia Geral da Organização.

Técnico de Serviço Social responsável: Julia Bortolotti
Experiência profissional do técnico responsável pelo projeto: Graduada em serviço social desde 2012 com experiência de mais de 10 anos como assistente social no trabalho com pessoas em situação de vulnerabilidade e risco social bem como na violação de direitos. Atuando na Associação Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz desde 2018 a frente da coordenação de serviço social com habilidade no uso dos instrumentais técnicos da profissão.
Valor total da proposta Anual: R$ 200.000,00
Responsável financeiro: Lisiane Oliveira
Local de realização das atividades: Cidade de Santana de Parnaíba
Período de realização da parceria: 12 meses

3-Diagnóstico Social da realidade que pretende atingir frente ao objeto a ser firmado na parceria.(Especificar os objetivos detalhadamente)

Mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo vivem com algum tipo de deficiência, destas quase 93 milhões são crianças. No Brasil, são 45,6 milhões de pessoas, que representam quase 24% da população brasileira com algum tipo de deficiência (IBGE). A sociedade percebe de forma distinta os tipos de deficiência e a capacidade limitada de atores sociais e governamentais para acomodar tais necessidades especiais, muitas vezes colocando-as a margem. As pessoas com deficiência vivenciam desigualdades na sua vida diária e têm menos oportunidades de ter acesso a um ambiente inclusivo.

É nesse lócus que a Rainha da Paz se insere, atendendo 430 crianças, adolescentes, jovens adultos e suas familias de mais 18 municípios da região grande Oeste, incluindo Santana de Parnaíba onde essa Organização possui a sede.

É válido afirmar ainda que observamos nessa regiao a qual a Rainha da Paz atua que existe um alto grau de dependência das famílias de pessoas com deficiência em relação a programas sociais governamentais bem como do trabalho filantrópico das organizações expondo uma vulnerabilidade econômica, o que reforça a necessidade de

políticas públicas de atendimento continuado, como esse Serviço se propõe.

Objetivo Geral do Serviço é acolher, reabilitar, melhorar a qualidade de vida, resgatar a cidadania e a dignidade das pessoas com deficiência e de suas famílias em situação de vulnerabilidade social.

Já os objetivos específicos estão de acordo com a tipificação socioassistencial do Serviço de Proteção para pessoas com Deficiência e suas Famílias. Sendo eles:

- Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência, seus cuidadores e suas famílias;
- Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência;
- Prevenir o abrigamento e a segregação dos usuários do serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;
- Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos;
- Promover apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar e cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção;
- Acompanhar o deslocamento, viabilizar o desenvolvimento do usuário e o acesso a serviços básicos, tais como: bancos, mercados, farmácias, etc., conforme necessidades;
- Prevenir situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação de prestação/demanda de cuidados permanentes/prolongados.

4-Justificativa da atividade a ser executada

Em 1976 a Organização Mundial de Saúde (OMS), na sua IX Assembleia, apresentou pela primeira vez três casos relacionados às definições de deficiência. *Deficiência:* A deficiência é definida como uma possível sequela temporária ou permanente, trazida de perda ou anormalidade de estrutura ou função psicológica, fisiológica ou anatômica.

Incapacidade: a incapacidade é decorrente da deficiência e corresponde a qualquer redução ou falta de capacidade para desempenhar uma atividade dentro dos padrões considerados tarefa fácil para o ser humano.

Desvantagem ou impedimento: é a dificuldade ou impossibilidade da pessoa desempenhar papel social concordante com sua idade, sexo e outros pontos sociais e culturais (HOBOLD, 2018).

É notória, a necessidade de mudanças profundas na mentalidade da sociedade diante da sua negação sobre o tema inclusão, dificultando assim o entendimento que a inclusão é o caminho certo para que pessoas com deficiência, tenham o direito à igualdade perante todos, pois assim como qualquer outro ser humano, elas sejam olhadas e aceitas por aquilo que são hoje, e não por aquilo que poderão vir a ser e a produzir.

A pessoa com deficiência têm os mesmos direitos como qualquer outro cidadão brasileiro, pois conforme a legislação que nos rege, Art. 5º da CF/88, “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.

Neste aspecto, a Associação Rainha da Paz, há mais de 19 anos busca acolher e reabilitar pessoas com deficiência proporcionando o desenvolvimento global, comunicação, socialização e autonomia, resultando na prevenção do isolamento e a segregação dos usuários e suas famílias, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária.

Realizamos um conjunto variado de atendimentos especializados de reabilitação bem como atividades de convivência grupal, social e comunitária; cuidados pessoais; fortalecimento de vínculos e ampliação das relações sociais; apoio e orientação aos cuidadores, familiares, articulação no acesso a outros serviços no território e às tecnologias assistivas de autonomia e convivência, contribuindo para aumentar a autonomia e evitar o isolamento social da pessoa com deficiência e do cuidador familiar.

A continuidade do serviço prestado aos usuários demanda uma resposta complexa e de longo prazo, uma vez que a maioria dos atendidos possui múltiplas doenças crônicas e necessitam de cuidados diferenciados e continuo de acordo com o seu desenvolvimento. Assim, considerando as características da cronicidade, não há regressão dos quadros, sendo a ação mais adequada à desaceleração de sua progressão e a busca pela qualidade de vida, o que justifica a permanência dos usuários nos acompanhamentos, independente da faixa etária.

Dessa forma esse serviço busca oferecer os apoios necessários para promoção da qualidade de vida das pessoas com deficiência tornando-as aptas e capazes a expressar sua autonomia na família, na comunidade e na sociedade, trazendo impactos positivos como:

• Acessos aos direitos socioassistenciais; • Redução e prevenção de situações de isolamento social e de abrigamento institucional; • Diminuição da sobrecarga dos cuidadores advinda da prestação continuada de cuidados a pessoas com dependência; • Fortalecimento da convivência familiar e comunitária; • Melhoria da qualidade de vida familiar; • Redução dos agravos decorrentes de situações violadoras de direitos; • Proteção social e cuidados individuais e familiares voltados ao desenvolvimento de autonomia.

5- Objetivos e Metas (As metas devem estar de acordo com os objetivos propostos no Edital)	
Objetivos	Metas
Promover acessos a benefícios, programas de transferência de renda e outros serviços socioassistenciais, das demais políticas públicas setoriais e do Sistema de Garantia de Direitos;	100% dos familiares incluídos nos Programasde Transferência de Renda 100% das famílias acessando as demais politicas do Sistema de Garantia de Direitos.
Acompanhar o deslocamento, viabilizar o desenvolvimento do usuário e o acesso a serviços básicos, tais como: bancos, mercados, farmácias, etc., conforme necessidades;	100% das famílias com análise socioeconômica. 100% das famílias visitadas pela equipe tecnica
Prevenir situações de sobrecarga e desgaste de vínculos provenientes da relação deprestação/demanda de cuidadospermanentes/prolongados.	100% dos usuários e familiares participando das atividades de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários. 100% das famílias sendo monitoradas pela equipe
Promover a autonomia e a melhoria da qualidade de vida de pessoas com deficiência, seus cuidadores e suas famílias;	100% dos usuários em acompanhamento especializado de habilitação e reabilitação em uma ou mais das seguintes especialidades: Nutrição, Psicologia, Apoio Pedagógico, Terapia Ocupacional, informática, Brinquedoteca.

Promover apoio às famílias na tarefa de cuidar, diminuindo a sua sobrecarga de trabalho e utilizando meios de comunicar e cuidar que visem à autonomia dos envolvidos e não somente cuidados de manutenção;	100% das famílias participando de atendimentos em grupo e/ou individual psicossocial.
Desenvolver ações especializadas para a superação das situações violadoras de direitos que contribuem para a intensificação da dependência;	100% das famílias e usuários participando de atendimentos em grupo e/ou individual psicossocial
Prevenir o abrigamento e a segregação dos usuários do serviço, assegurando o direito à convivência familiar e comunitária;	100% dos usuários participando das atividades de convivência familiar e comunitária com fortalecimento de vínculos. 100% dos usuários participando de atividades socioeducativas e/ou estimulação sensorial em grupo.

6-Descrição das etapas para o cumprimento das metas	
Etapa	Metas
Triagem dos usuários para atendimentos no Serviço	100% das famílias com análise socioeconômica. 100% das famílias visitadas pela equipe técnica
Atividades de Acolhimento	100% dos familiares incluídos nos Programas de Transferência de Renda 100% das famílias acessando as demais politicas do Sistema de Garantia de Direitos.
Atividades de Habilitação eReabilitação	100% dos usuários em acompanhamento especializado de habilitação e reabilitação em uma ou mais das seguintes especialidades: Nutrição, Enfermagem , Psicologia, Apoio Pedagógico, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Fonoaudiologia.

Registros e certidões: CNPJ – 04.111.080/0001-70 | CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Sec/Est. de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) – 0005/2007 | CRCE – Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – Certificado de Registro | CNAS – Cons. Mun. de Assistência Social – Certificado de Inscrição | CEVS – Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT – Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ – Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

Atividades de Convivência e Fortalecimento de Vínculos familiar e comunitário	100% dos usuários participando de atividades socioeducativas e/ou estimulação sensorial em grupo. 100% das famílias participando de atendimentos em grupo e/ou individual psicossocial. 100% dos usuários e familiares participando das atividades de fortalecimento de vínculos familiares ecomunitários.

Registros e certidões: CNPJ – 04.111.080/0001-70 | CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Box124) de Desenvolvimento Social | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) – 5005/2007 | CRCE – Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – Certificado de Registro | CMAS – Cons. Mun. de Assistência Social – Certificado de Inscrição | CEVS – Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT – Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ – Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

7- Metodologia (forma de execução das atividades)

As atividades desse serviço acontecem de segunda à sexta feira das 07h as 17h, assim todas as atividades serão realizadas com os usurários sempre acompanhadas pelos responsáveis previamente identificados pelo serviço social.

Todos os usuários quando chegam à Organização obrigatoriamente passam pelo setor de Enfermagem onde são checadas a temperatura, frequência cardíaca, respiratória. Atualmente, devido a situação atual de Pandemia a checagem da temperatura se estende aos familiares e colaboradores.

Sendo o distanciamento social a nova realidade da sociedade atual, a Organização Beneficente Comunidade de Amor Rainha da Paz irá realizar novas formas de atendimento, incluindo o teleatendimento para os atendimentos de reabilitação (individuais e em grupo) e o e telemonitoramento para o acolhimento - garantindo desta forma o alcance dos objetivos propostos.

Os atendimentos presenciais de habilitação , reabilitação e acolhimento serão realizados individualmente em salas amplas e ventiladas. Este atendimento será realizado uma vez por semana com dia e horário pré-determinado pela equipe e os técnicos envolvidos utilizarão todos os EPIs necessários para a proteção contra a transmissão da Covid-19.

A Organização conta com uma Oficina ortopédica que confecciona adaptações posturais para as cadeiras de rodas dos usuários por entender o benefício que a cadeira de rodas adaptada traz para atendidos. O Setor de Terapia Ocupacional continuará realizando a confecção destas adaptações e entrega de cadeira de rodas adaptada e também realizando a manutenção das cadeiras de rodas que já estão em uso.

Seguindo as orientações de distanciamento social, enquanto perdurar o estado de pandemia, as atividades em grupo serão realizadas em pequenos grupos, devido ao risco de transmissão. Entretanto para se atingir o objetivo proposto nesse plano de trabalho utilizaremos também os atendimentos em grupo na modalidade online.

8- Indicadores de resultados alcançados acerca do objeto da parceria		
Objeto da Parceria	Meta	Indicador de resultado
Atendimento especializado dehabilitação e reabilitação para 100 (cem) pessoas com deficiência e suas famílias, em situação de vulnerabilidade social. O atendimento deve garantir a qualidade de vida, o resgate da cidadania e a dignidade dos usuários atendidos.	100% das famílias com análise socioeconômica. 100% das famílias visitadas pela equipe técnica	• Número de Famílias que receberam visitas domiciliares
	100% dos familiares incluídos nos Programas de Transferência de Renda 100% das famílias acessando as demais politicas do Sistema de Garantia de Direitos.	• Cadastro no CRAS referencia • NIS • Acesso ao BPC • Matricula na escola das crianças e adolescente em idade escolar • Exames e consultas dos usuários e familiares em dia.
	100% dos usuários em acompanhamento especializado de habilitação e reabilitação em uma ou mais das seguintes especialidades: Nutrição, Enfermagem , Psicologia, Apoio Pedagógico, Terapia Ocupacional, Fisioterapia e Fonoaudiologia.	• Evolução dos usuários nos atendimentos • Frequência nos atendimentos • Melhora da qualidade de vida.
	100% dos usuários participando de atividades socioeducativas e/ou estimulação sensorial em grupo. 100% das famílias participando de atendimentos em grupo e/ou individual psicossocial. 100% dos usuários e familiares participando das atividades de fortalecimento de vínculos familiares e comunitários.	• Número de usuários participando das atividades em grupo • Número de famílias participando das atividade propostas. • Número de usuários e familiares participando juntos das atividades Propostas.

Registros e certidões: CNPJ – 04.111.080/0001-70 | CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Sec/Est. de Desenvolvimento Social) | SEAIS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) – 0005/2007 | CRCE – Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – Certificado de Registro | CMAS – Cons. Mun. de Assistência Social – Certificado de Inscrição | CEVS – Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT – Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ – Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Farmacêutico

9- Cronograma de Atividades (definição de prazos e formas de cumprimento das atividades e metas aserem alcançadas)			
Meses	01 e 02	02 e 03	02 à 12
Etapas	1º	2º	3º
Meta	Triagens dos usuários atendidos pela equipe técnica	Abertura de prontuário e Visita Domiciliares	Atendimentos de Acolhimento e Reabilitação e socioeducativas.
Especificação	Atendimento	Atendimento	Atendimento
Unidade	Lista de Presença e Relatório	Lista de Presença e Relatório	Lista de Presença e Relatório
Quantidade	100 usuários e familiares	100 usuários e familiares	100 usuários e familiares
Valor R$	R$ 200.000,00 (parcela única)	----------	----------
Data de início	15/12/2021	15/12/2021	15/12/2021
Data de término	15/12/2022	15/12/2022	15/12/2022

10- Cronograma de Receitas e Despesas				
Periodicidade	**Receita (descrição)**	**Valor (R$)**	**Despesas (descrição)**	**Valor(R$)**
Anual	Termo de Fomento Secretaria de Assistência e Desenvolvimento social	R$200,000,00 (parcela única)		
Mensal			Instrutora de informática	R$ 1.469,00
			Assistente Administrativo	R$ 1.419,00
			Coordenadora de Pedagógico social	R$2.040,00
Mensal			Coordenadora de serviço social	R$ 3.452,00
Mensal			Monitora	R$ 1.479,00
Mensal			Cozinheira	R$ 1.659,00
			Auxiliar de Cozinha	R$1.336,00
Mensal			Educadora física	R$ 2.554,00
			Faxineira	R$ 1.336,00
TOTAL				R$ 16.744,00

11- Recursos Humanos							
Quantidade	Cargo	Carga Horária	Remuneração	INSS Patronal	FGTS	Outros encargos (descrever	Custo Total:
1	AJUDANTE DE MOTORISTA	220	1.407,16	121,55	122,71	*	1.651,42
1	AJUSTADOR MECANICO E	220	2.598,00	230,60	208,80	*	3.037,40

	MANUTENCAO						
1	APOIO PEDAGOGICO	200	2.800,00	253,39	224,00	19,76	3.297,15
2	ASSISTENTE ADMINISTRATIVO I	220	1.948,28	113,34	169,78	*	2.231,40
1	ASSISTENTE FINANCEIRO	220	2.300,00	207,00	184,00	Sem valor gerado	2.300,00
1	AUXILIAR ADMINISTRATIVO DE EVENTOS	220	1.480,65	116,75	118,45	*	1.715,85
5	AUXILIAR ADMINISTRATIVO(A)	220	1.480,65	117,40	119,02	*	1.717,07
3	AUXILIAR DE COZINHA	220	1.419,86	113,13	115,22	*	1.648,21
1	AUXILIAR DE MANUTENÇÃO NA OFICINA ORTOPÉDICA	220	1.928,52	157,06	154,28	*	2.239,86
1	COORD TERAPIA OCUPACIONAL	150	4.205,64	440,06	336,45	181,60	5.163,75
1	COORDENADOR (A)	220	2.598,00	156,12	230,39	*	2.984,51
1	COORDENADOR (A) DE ENFERMAGEM	200	4.102,17	456,38	345,77	196,63	5.100,95
1	COORDENADOR (A) DE FONOAUDIOLOGIA	125	3.013,68	295,13	251,82	73,10	3.633,73
1	COORDENADOR (A) DE RECEPCAO	220	2.269,61	197,60	186,81	*	2.654,02
2	COORDENADOR (A) DE SERVICO SOCIAL	187,5	4.193,20	443,97	338,68	199,56	5.175,41
1	COORDENADOR (A) PEDAGOGICO	212,3	2.286,24	204,94	191,69	21,55	2.704,42

Registros e certidões: CNPJ – 04.111.080/0001-70 | CEBAS – Certificado de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Box/Ext) de Desenvolvimento Social | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) – 0005/2007 | CRCE – Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – Certificado de Registro | CMAS – Cons. Mun. de Assistência Social – Certificado de Inscrição | CEVS – Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT – Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ – Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

	SOCIAL						
1	COORDENADOR (A) DE FISIOTERAPIA	200	3.523,93	344,62	281,91	122,10	4.272,56
1	COORDENADOR (A) DE PSICOLOGIA	200	3.242,30	306,46	259,38	85,58	3.893,72
1	COORDENADORA DE DOACOES E EVENTOS	220	3.242,30	306,46	259,38	63,17	3.871,31
1	COZINHEIRO(A)	220	1.818,60	147,17	145,48	*	2.111,25
1	DIRETOR(A) ADMINISTRATIVO	220	9.600,00	817,50	751,97	1629,74	12.799,21
1	EDUCADORA FISICA	175	2.700,00	241,39	216,00	41,60	3.198,99
1	ENCARREGADO SERVICO DE LIMPEZA	220	1.945,38	163,63	160,12	*	2.269,13
2	ESTOQUISTA	220	1.407,16	79,57	122,62	*	1.609,34
4	FAXINEIRA	220	1.407,16	105,62	113,91	*	1.626,69
6	FISIOTERAPEUTA	150	3.000,98	278,66	240,84	57,36	3.577,84
1	FONOAUDIOLOGO(A)	200	3.317,20	315,68	265,37	53,88	3.952,13
1	GERENTE	220	3.637,20	360,48	290,97	79,83	4.368,48
1	GERENTE GERAL	185	6.240,00	751,97	520,00	711,35	8.223,32
1	INSTRUTOR(A) DE INFORMATICA	200	1.489,78	118,87	120,32	*	1.728,97
1	MONITOR	220	1.407,16	110,14	112,57	*	1.629,87
2	MOTORISTA	220	1.945,38	171,70	167,29	*	2.284,37
1	RECEPCIONISTA	220	1.480,65	116,75	118,45	*	1.715,85
1	TECNICO DE INFORMATICA	220	2.592,51	237,47	213,38	39,44	3.082,80

Registros e certidões: CNPJ – 04.111.080/0001-70 | CEBAS – Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Sec/Est. de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) – 0005/2007 | CRCE – Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – Certificado de Registro | CMAS – Cons. Mun. de Assistência Social – Certificado de Inscrição | CEVS – Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT – Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ – Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Fonoaudiologia

1	TECNICO(A) DE ENFERMAGEM	200	2.161,37	203,15	190,50	*	2.555,02
2	TERAPEUTA OCUPACIONAL	150	3.000,98	280,98	242,38	56,26	3.580,59
1	ZELADOR	220	1.407,16	127,90	217,58	*	1.752,64
				Total: R$ 9.210,57	**Total:** R$ 8.308,28	**Total:** R$ 3.632,50	**Total:** R$ 121.359,21

12- Cronograma de Desembolso Anual	
TOTAL	**R$ 200.000,00 (parcela única)**

Obs: A Administração Pública analisará cada prestação de contas apresentada, conforme o cumprimento do objeto da parceria.

Walter Barana Nicolosi
Diretor - Presidente

Registros e certificados: CNPJ – 04.111.068/0001-70 | CEBAS – Certificação de Entidades Beneficentes de Assistência Social | SEDS (Sec.Est. de Desenvolvimento Social) | SEADS (Secretaria Estadual de Assistência e Desenvolvimento Social) – 0302/2007 | CEDE – Certificado de Regularidade Cadastral de Entidades Utilidade Pública Federal | CMDCA – Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – Certificado de Registro | CMAS – Cons. Mun. de Assistência Social – Certificado de Inscrição | CEVS – Cadastro Estadual de Vigilância Sanitária | CRT – Certificado de Responsabilidade Técnica no Conselho Regional de Enfermagem | CRPJ – Certificado de Registro de Pessoa Jurídica no Conselho Regional de Farmacêutico

PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2021

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA

PROPONENTE: ASSSOCIAÇÃO BENEFICIENTE COMUNIDADE AMOR RAINHA DA PAZ

Pelo presente instrumento, de um lado o **MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrita no CNPJ sob nº 46.522.983/0001-27, com sede na Avenida Marechal Mascarenhas de Moraes, nº 1283, Sítio do Morro, Santana de Parnaíba/SP, CEP-06517-520, neste ato representada por seu Prefeito Municipal **ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA**, doravante denominada **ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL,** e de outro lado a **ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE COMUNIDADE AMOR RAINHA DA PAZ,** inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda sob o nº 04.711.046/0001 -70, com sede na Estrada Ecoturística do Suru, nº 1833, Bairro Suru, Santana de Parnaíba/SP, CEP: 06509-001, neste ato representada por seu Diretor – Presidente o Senhor **WALTER BARANA NICOLOSI**, brasileiro, casado, engenheiro civil, portador da Cédula de Identidade RG nº 4.566.793-7, inscrito no CNPJ/MF sob o número 906.533 .198-00, residente e domiciliado na Alameda Palmas, 168, Residencial 06, Alphaville, Santana de Pamaíba/SP, CEP: 06539-120, doravante denominada simplesmente **OSC PARCEIRA**, resolvem de comum acordo, **RETIFICAR E RATIFICAR** o Termo de Colaboração nº 004/2021 firmado entre as partes para constar o que segue, que mutuamente aceitam e outorgam, a saber:

CLÁUSULA PRIMEIRA

Fica retificado o Anexo Único do Termo de Colaboração nº 004/2021, de 15 de Dezembro de 2021, firmado entre a Municipalidade e a ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE COMUNIDADE AMOR RAINHA DA PAZ, passando a constar as informações conforme tabela a seguir:

10- Cronograma de Receitas e Despesas				
Periodicidade	**Receita (descrição)**	**Valor (R$)**	**Despesas (descrição)**	**Valor(R$)**
Anual	Termo de Fomento Secretaria de Assistência e Desenvolvimento social	R$200,000,00 (parcela única)		
Mensal			Instrutora de informática	R$ 1.469,00
			Assistente Administrativo	R$ 1.419,00
			Coordenadora de Pedagógico social	R$2.040,00
Mensal			Coordenadora de serviço social	R$ 3.452,00
Mensal			Monitora	R$ 1.479,00
Mensal			Cozinheira	R$ 1.659,00
			Auxiliar de Cozinha	R$1.336,00
Mensal			Educadora física	R$ 2.554,00
			Faxineira	R$ 1.336,00
TOTAL				R$ 16.744,00

CLÁUSULA SEGUNDA

Ficam mantidas e ratificadas as demais cláusulas e condições constantes do Termo de Colaboração nº 004/2021, as quais não foram objeto de alterações por este termo.

PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

E, por estarem as partes assim justas e contratadas, assinam o presente instrumento em quatro (04) vias de igual teor e forma, perante duas (02) testemunhas.

Santana de Parnaíba, 11 de fevereiro de 2022.

ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA
Prefeito Municipal

WALTER BARANA NICOLOSI
Diretor Presidente

Testemunhas:

1. _____
Anna Carolina Gazeta Gonçalves
RG – 34.542.508-x

2. _____
Albaneide Teixeira Lima da Silva
RG – 42.007.971-3

PREFEITURA DE
SANTANA DE PARNAÍBA
Estado de São Paulo

TERMO DE CIÊNCIA E DE NOTIFICAÇÃO

CONCEDENTE: MUNICÍPIO DE SANTANA DE PARNAÍBA

PROPONENTE: ASSOCIAÇÃO BENEFICIENTE COMUNIDADE DE AMOR RAINHA DA PAZ

TERMO DE RETIFICAÇÃO E RATIFICAÇÃO DO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 004/2021

OBJETO: CONSTITUIU OBJETO DO PRESENTE INSTRUMENTO A CELEBRAÇÃO DE PARCERIA COM ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL PARA O ATENDIMENTO ESPECIALIZADO DE HABILITAÇÃO E REABILITAÇÃO DE 100 (CEM) PESSOAS COM DEFICIÊNCIA E SUAS FAMÍLIAS, EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIAL, RESIDENTES NA CIDADE DE SANTANA DE PARNAÍBA.

Pelo presente TERMO, nós, abaixo identificados:

1. **Estamos CIENTES de que:**

a) o ajuste acima referido, seus aditamentos, bem como o acompanhamento de sua execução contratual, estarão sujeitos a análise e julgamento pelo Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, cujo trâmite processual ocorrerá pelo sistema eletrônico;

b) poderemos ter acesso ao processo, tendo vista e extraindo cópias das manifestações de interesse, Despachos e Decisões, mediante regular cadastramento no Sistema de Processo Eletrônico, em consonância com o estabelecido na Resolução nº 01/2011 do TCESP;

c) além de disponíveis no processo eletrônico, todos os Despachos e Decisões que vierem a ser tomados, relativamente ao aludido processo, serão publicados no Diário Oficial do Estado, Caderno do Poder Legislativo, parte do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo, em conformidade com o artigo 90 da Lei Complementar nº 709, de 14 de janeiro de 1993, iniciando-se, a partir de então, a contagem dos prazos processuais, conforme regras do Código de Processo Civil;

d) as informações pessoais dos responsáveis pela contratante estão cadastradas no módulo eletrônico do "Cadastro Corporativo TCESP – CadTCESP", nos termos previstos no Artigo 2º das Instruções nº01/2020, conforme "Declaração(ões) de Atualização Cadastral" anexa (s);

e) é de exclusiva responsabilidade do contratado manter seus dados sempre atualizados.

2. **Damo-nos por NOTIFICADOS para:**

a) O acompanhamento dos atos do processo até seu julgamento final e consequente publicação;

b) Se for o caso e de nosso interesse, nos prazos e nas formas legais e regimentais, exercer o direito de defesa, interpor recursos e o que mais couber.

Santana de Parnaíba, 11 de Fevereiro de 2022.

AUTORIDADE MÁXIMA DO ÓRGÃO/ENTIDADE:

Nome: Antonio Marcos Batista Pereira
Cargo: Prefeito
CPF: 136.500.348-59

RESPONSÁVEIS PELA HOMOLOGAÇÃO DO CERTAME OU RATIFICAÇÃO DA DISPENSA/INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO:

Nome: Antonio Marcos Batista Pereira
Cargo: Prefeito
CPF: Prefeito

RESPONSÁVEIS QUE ASSINARAM O AJUSTE:

Pelo contratante:
Nome: Antonio Marcos Batista Pereira
Cargo: Prefeito
CPF: 136.500.348-59

Assinatura: _____

Pela contratada:
Nome: Walter Barana Nicolosi
Cargo: Diretor - Presidente
CPF: 906.533.198-00

Assinatura: _____

ORDENADOR DE DESPESAS DA CONTRATANTE:
Nome: Antonio Marcos Batista Pereira
Cargo: Prefeito
CPF: 136.500.348-59

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE SÃO PAULO

Declaração de Atualização Cadastral

Eu, **ANTONIO MARCOS BATISTA PEREIRA**, CPF **136.500.348-59**, atesto que na data de **01/02/2022** às **10:47:14** minhas informações pessoais perante este Tribunal encontram-se atualizadas no sistema Cadastro TCESP, constando os seguintes dados:

- Nome Completo;
- CPF;
- RG;
- Data de Nascimento;
- E-mail institucional;
- E-mail pessoal;
- Telefone Celular
- Endereço Residencial.

Atesto também que o endereço de e-mail **PREFEITO@SANTANADEPARNAIBA.SP.GOV.BR**, indicado como endereço principal no Cadastro TCESP, é o endereço de contato com o Tribunal, e que é minha responsabilidade mantê-lo atualizado no caso de qualquer alteração.

Código de autenticidade dos dados prestados no Cadastro TCESP:

8A80C82E96CB6EEED4756B6CC58CBB226E379BD5A1B9806AB72D84C3FFE

Esta declaração foi certificada e sua autenticidade é garantida pela chave

dde1b346-fc28-4bf8-aeed-72bc004e2fbe

Para conferência, acesse **https://www4.tce.sp.gov.br/verificacao-documentos** e insira a chave acima, ou acesse pelo QR Code apresentado ao lado.